



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

1. PREÂMBULO:

1.1. Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, sediada na Rua Hermógenes José da Silva, S/N – Centro, Quijingue – Bahia, representado pelo seu Prefeito o Sr. José Romero Rocha Matos Filho e por meio do Pregoeiro designado, torna público que realizará **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por lote**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e nas condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

1.2. O pregão será realizado pelo Pregoeiro Oficial o Srº. **ROBERLANDIO SOUZA PINTO**, matrícula Nº 1050, designado pelo Decreto Municipal Nº 050, de 08 de janeiro de 2025 e Equipe de Apoio constituída pelos servidores: **JARBAS SILVA ABREU**, matrícula Nº 4.118 e **JOUBERT BRITO DA SILVA**, matrícula Nº 4.174.

1.3. A sessão de pregão será realizada conforme informações abaixo:

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: **22 DE JUNHO DE 2026.**

HORÁRIO DA SESSÃO: **16H00MIN (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

LOCAL: **[HTTPS://LICITANET.COM.BR/](https://licitanet.com.br/)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR LOTE**

MODO DE DISPUTA: **ABERTO**

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.5. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, através da plataforma eletrônica **<https://licitanet.com.br/>**.

1.6. Edital completo para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: **<https://licitanet.com.br/>**, Portal da transparência **<https://www.quijingue.ba.gov.br/site/editais>** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) **<https://www.gov.br/pncp/pt-br>**.

1.7. A comunicação com a licitante vencedora será realizada preferencialmente por meio do endereço eletrônico informado no sistema licitatório, incluindo o e-mail **prefeituradequijingue4@gmail.com**, sendo considerado válido o envio para tal endereço para fins de convocação para assinatura de ata ou contrato.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

1.8. O licitante vencedor deverá aplicar, de forma linear, o percentual de desconto ofertado sobre todos os preços unitários constantes da planilha orçamentária, vedada a aplicação de descontos diferenciados entre os itens, sob pena de desclassificação, com o objetivo de evitar distorções na composição dos preços (jogo de planilha).

2. OBJETO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, compreendendo a execução de serviços de manutenção, recuperação, conservação, requalificação e adequação de vias públicas, incluindo atividades necessárias à melhoria das condições de trafegabilidade, mobilidade, segurança viária e acessibilidade, visando atender ao interesse público e às demandas da Administração Municipal.**

2.2. A licitação será composta por **lotes**, conforme planilhas constantes do Termo de Referência – Anexo II deste edital.

2.3. O critério de aceitabilidade de preços unitários máximos está indicado no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

2.4. O presente edital vincula-se integralmente ao Termo de Referência (Anexo II), o qual contém as especificações técnicas, quantitativos e condições de execução do objeto.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.1.1. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições previstas neste edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos na Seção "DA HABILITAÇÃO".

3.1.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.3. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

3.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021 (Art. 9º - § 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria).

3.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto se demonstrada a viabilidade econômica, nos termos da legislação vigente.

3.3.6. Que se enquadrem nas seguintes vedações (**Art. 14 da Lei Nº 14.133 de 1º de abril de 2021**):

3.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.3.8. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

3.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ NO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

3.4.1. Será concedido tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Nº 14.133/2021, nos limites previstos da Lei Complementar Nº 123/2006 e do Decreto Federal Nº 8.538/2015.

3.4.1.1. As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e demais beneficiários previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 81/2025 poderão usufruir do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado previsto na legislação aplicável, inclusive dos benefícios relacionados à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, observados os requisitos, critérios e limites estabelecidos na legislação vigente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

3.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei Nº 14.133/2021.

3.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei Nº 14.133/2021.

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E EFETIVA PARTICIPAÇÃO:

3.6.1. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;

3.6.2 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

3.6.3. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

3.6.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do órgão licitante, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

3.6.5. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

3.6.6. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>;

3.6.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

3.6.8. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do órgão licitante, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

3.6.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

3.7. A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.7.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação (e seus anexos), deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, com valores cotados em moeda nacional do país;

3.7.2. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, salvo quando expressamente permitidos no Edital;

3.7.3. Admitem-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração dos itens constantes da proposta de preços;

3.7.4. Os licitantes devem estar cientes das condições para participação no certame e assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

3.7.5. O fornecedor registrado deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7.6. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar Nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

3.8. GARANTIA DA PROPOSTA

3.8.1. Será exigida garantia de proposta, como requisito de condição de aceitabilidade/participação da proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do lote para o qual a licitante apresentar proposta, podendo ser apresentada nas modalidades legalmente admitidas, visando assegurar a seriedade da proposta, a mitigação de riscos administrativos e a proteção do interesse público.

3.8.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- I. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II. Seguro-garantia;
- III. Fiança bancária.

3.8.3. A exigência da garantia de proposta encontra-se devidamente justificada no Termo de Referência (Anexo II), considerando o valor estimado da contratação, a complexidade do objeto e a necessidade de assegurar a seriedade das propostas, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.4. A ausência da garantia da proposta implicará na desclassificação da proposta.

3.8.5. A garantia será devolvida:

- I. Aos licitantes não vencedores, após a homologação;
- II. Ao licitante vencedor, após a assinatura do contrato.

3.8.6. A garantia será executada caso o licitante:

- I. Retire sua proposta durante o prazo de validade;
- II. Deixar de assinar o contrato ou não apresentar a garantia contratual, quando exigida.

3.8.7. A exigência de garantia da proposta possui a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas apresentadas, mitigar riscos de desistência injustificada, fortalecer a segurança jurídica da contratação e preservar a eficiência do procedimento licitatório, observando o disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021 e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio das propostas.

4.1.1. Os documentos de habilitação serão enviados **posteriormente a fase de lances**, por meio de sistema, estabelecendo-se, na sessão um prazo de envio de no mínimo **02 (duas) horas**, contados da convocação a ser exposta.

4.1.2. Todos os documentos de habilitação poderão ser apresentados com autenticação eletrônica, documentos em formato PDF emitidos pelos órgãos competentes. Caso haja dúvidas durante a sessão quanto aos documentos inseridos, serão utilizadas as diligências necessárias para sanar possíveis dúvidas de sua autenticidade (Art. 64, da Lei Nº 14.133/2021).

4.1.3. As licitantes deverão encaminhar/anexar, via sistema, os documentos de habilitação exigidos pelo Edital, sob pena de inabilitação.

4.2. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha**.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação (Pregoeiro) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. Para aceitabilidade da proposta, o (a) licitante que ofertou o menor preço deverá formular e encaminhar, após o término da etapa de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

lances, sua proposta por escrito, em conformidade com os lances eventualmente ofertados, devendo estar de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo II, deste Edital, e conter, ainda, os seguintes dados:

a) PRAZO DE VALIDADE DE, NO MÍNIMO, 60 (SESSENTA) DIAS, a contar da data marcada para a abertura da presente licitação. Em caso de omissão, considerar-se-á aceito o prazo citado nesta alínea;

b) PREÇO GLOBAL DO LOTE, expresso em moeda nacional, incluindo todos os custos diretos e indiretos.

c) DECLARAÇÃO no corpo da proposta, de que o preço ofertado inclui todos os custos e despesas inerentes ao objeto licitado, tais como: manutenção, seguro, equipamentos, impostos e taxas e outro mais que possa influir direta ou indiretamente no custo do Fornecimento. A falta de manifestação implicará em declaração de que todas as despesas já estão inclusas;

d) RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO, telefone/fax, número do CNPJ, banco, agência, número da conta corrente;

5.2. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

5.3. A empresa será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. A proposta de preços deverá ser elaborada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, incluindo todas as informações necessárias à perfeita compreensão dos produtos ofertados, sob pena de desclassificação.

5.5. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional pelo sistema eletrônico, o(a) licitante deverá preencher as informações no Campo "Informações Adicionais" ou anexá-las no campo apropriado do sistema **LICITANET**, sob pena de desclassificação e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fardamento, materiais utilizados durante o período de fornecimento, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto licitado.

5.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta inicialmente apresentada, salvo nos casos de ajustes de valores, após o encerramento da etapa de lances, se houver.

5.7. A Administração poderá exigir, juntamente com a sua proposta de preços, planilha de composição de custos, contendo a discriminação detalhada do preço ofertado, abrangendo todos os insumos, encargos, tributos, despesas indiretas e margem de lucro, de forma a demonstrar a formação do preço final.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

5.7.1. Será obrigatória a apresentação da planilha de composição de custos quando a proposta apresentar desconto significativo que possa indicar indício de inexequibilidade.

5.7.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, a planilha deverá ser apresentada no prazo a ser definido pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, acompanhada de documentos que comprovem a viabilidade econômica da proposta, tais como notas fiscais, contratos, orçamentos ou documentos equivalentes.

5.7.3. A não apresentação da planilha ou a comprovação insuficiente da exequibilidade da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

5.8. Ao disponibilizar sua proposta através do aplicativo www.licitanet.com.br, não poderá conter nenhum tipo de informação (logomarca, CNPJ, nome do(a) representante, telefone, endereço) que identifique a interessada, sob pena de desclassificação na participação do certame licitatório, observando-se que tal exigência refere-se apenas as informações inseridas nos **campos do sistema** (proposta inicial alimentada no sistema); os arquivos em "PDF" poderão seguir a formatação padrão do licitante incluindo dados da proponente (cabeçalho e demais dados pessoais), vez que os mesmos só ficarão disponíveis após fase de lances.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas dos Municípios e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.10.1. O prazo de entrega deverá observar o disposto no Termo de Referência (**Anexo II**), contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento devidamente emitida e acompanhada da respectiva nota de empenho, conforme condições detalhadas no referido anexo.

5.10.2. O local de entrega será aquele definido no Termo de Referência (**Anexo II**), devendo ocorrer nas dependências do órgão ou entidade contratante, conforme indicado na Ordem de Fornecimento, observadas as condições e especificações constantes no referido instrumento.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

6.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. O chat permanecerá disponível durante toda a sessão pública, podendo o Pregoeiro utilizá-lo conforme necessidade para comunicação com os licitantes.

6.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.9. A disputa ocorrerá pelo **MENOR VALOR POR LOTE**.

6.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (um por cento), incidente sobre o valor do lance imediatamente anterior, aplicado de forma uniforme para todos os lotes.

6.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e estabelecido no item "6.14", observando-se o seguinte:

6.15.1. Adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.15.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15.2. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.15.4. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15.6. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. Identificadas as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Nº 123, de 2006, conforme regulamento específico.

6.15.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.10. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.15.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.15.14. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.15.14.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.15.14.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.15.14.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15.14.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.15.15. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.15.15.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.15.15.2. Empresas brasileiras;

6.15.15.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.15.15.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15.16. Encerrada a etapa de envio de lances, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, caso sua proposta permaneça acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.16.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.

6.15.17. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.15.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15.19. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.15.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.15.20.1. Esse prazo de **2 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o aviso de solicitação de Proposta Final na aludida plataforma.

6.15.20.2. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às **17 horas**, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.15.20.3. A ausência de documento e/ou qualquer descumprimento acarretará a imediata desclassificação da proposta da empresa de menor preço no respectivo lote, e convocação da empresa remanescente;

6.15.20.4. O encaminhamento das propostas pressupõe o conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no Edital e seus anexos.

6.15.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.15.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.16. A vedação de identificação da proposta aplica-se exclusivamente aos campos do sistema eletrônico, sendo admitida a identificação nos documentos anexados quando exigidos após a fase de lances.

7. FASE DE JULGAMENTO:

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Relação de apenados TCM/BA, através do link (<https://www.tcm.ba.gov.br/portal-do-gestor/impedidos-de-contratar/>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. Constatada a existência de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1. deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, no caso de bens e serviços em geral, serão considerados indícios de inexequibilidade as propostas cujos valores sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

7.11.1. A caracterização de inexequibilidade poderá ensejar a desclassificação automática da proposta, podendo a Administração oportunizar à licitante a comprovação da viabilidade econômica da oferta, mediante apresentação de documentos que demonstrem a exequibilidade dos preços propostos.

7.11.2. Para fins de comprovação da exequibilidade, poderão ser exigidos, dentre outros documentos, planilha detalhada de composição de custos, memória de cálculo, notas fiscais, contratos, orçamentos ou outros elementos que evidenciem a compatibilidade da proposta com os custos de mercado.

7.11.3. Não serão considerados aptos à comprovação da exequibilidade documentos que evidenciem custos superiores aos valores ofertados ou que se baseiem exclusivamente em alegações genéricas de redução de custos ou economia de escala desacompanhadas de comprovação objetiva.

7.11.4. Os documentos apresentados para fins de comprovação da exequibilidade deverão possuir data compatível com a realidade de mercado, admitindo-se, como referência, documentos emitidos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de abertura do certame.

7.11.5. Caso não seja comprovada a exequibilidade da proposta, esta será desclassificada, nos termos da legislação vigente.

7.11.6. A apresentação de informações inverídicas ou insuficientes para comprovação da exequibilidade sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.12. Sem prejuízo do disposto acima, a Administração poderá realizar diligências para verificar a exequibilidade das propostas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. O licitante é responsável pela veracidade e consistência de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições ofertadas.

7.14. A adoção de parâmetros objetivos para identificação de propostas inexequíveis encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, notadamente do Tribunal de Contas da União, que reconhece a necessidade de critérios claros para evitar propostas inviáveis e assegurar a execução contratual.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.15. Nesse sentido, destaca-se que a fixação de limite mínimo de exequibilidade, quando prevista em lei, visa resguardar a Administração Pública contrapropostas incompatíveis com os custos reais de execução, prevenindo riscos à execução contratual e prejuízos ao interesse público.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.3. Enviar a proposta final em arquivo editável preferencialmente em formato editável (DOC, DOCX, XLS ou XLSX).

8.1.4. No mesmo prazo do item 6.15.22., o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no SISTEMA. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

8.1.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e por extenso.

8.1.8. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total do lote, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.1.9. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.10. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.1.11. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.1.12. Esse prazo de **02 (duas) horas** iniciará a partir do momento que o Pregoeiro registrar o **aviso de solicitação de Proposta Final** na aludida plataforma.

8.1.13. Caso o aviso de solicitação de proposta seja inserido na plataforma eletrônica do **LICITANET – www.licitanet.com.br** após às 17 horas, esse prazo só será contabilizado a partir das 08 horas do dia útil seguinte, são aqueles de segunda a sexta-feira, exceto feriado;

8.2. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no parágrafo 2º do Art. 59 da Lei Nº 14.133/2021.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

9.1. Os documentos previstos no Edital, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, **serão exigidos para fins de habilitação**, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. Para dar efetivo cumprimento as regras estabelecidas pelo Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, através da RESOLUÇÃO TCM/BA nº 1.383/2019 que alterou a Resolução nº 1060/2005, estabelecendo as normas para a apresentação da prestação de contas mensal e anual de Prefeituras e Mesas de Câmaras, passando a exigir no § 2º que **os documentos deverão ser apresentados em formato PDF pesquisável convertido a partir de seus arquivos originais** (Word, Excel, Libre Office, Open Office, etc.), **não podendo conter informações ilegíveis; baixa qualidade da resolução dos dados; listas e/ou falhas em seu conteúdo, capaz de impedir o devido encaminhamento e análise por parte do órgão de contas**, fica ADVERTIDA que a empresa licitante que encaminhar documentos sem atender a essas exigências técnicas expressas no art. 9º, item 45, §2º da Resolução TCM nº 1060/2005 (alterada pela Resolução TCM/BA nº 1383/2009).

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados em **ORIGINAL** por **CÓPIA AUTENTICADA DIGITALMENTE**.

9.2.1. Todos os documentos assinados eletronicamente por certificados digitais passarão por uma verificação e a validação das assinaturas digitais a partir da cadeia de confiança da ICP-Brasil e do



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Validador de Documentos Digitais, pois um documento eletrônico com assinatura digital tem presunção de legalidade e garantias de autoria, integridade, autenticidade, qualificação, confidencialidade, temporalidade e não repúdio, de acordo com a regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de Agosto de 2001](#), que instituiu a ICP-Brasil. Não sendo possível a verificação da assinatura digital, será oportunizada diligência para comprovação da autenticidade do documento, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.2. Porém, se a autenticação foi feita por outro sistema, será necessário fazer o upload do arquivo que recebeu a assinatura, que deverá ser entregue em mídia na sessão para análise e devolvida. Logo, este método verifica qualquer assinatura digital que esteja de acordo com as normas da ICP-Brasil. Desta forma é possível, também, verificar um lote de assinaturas de uma vez e extrair um relatório, se desejar.

9.2.3. A verificação de uma assinatura digital é realizada por algum software capaz de realizar esta operação. Comumente, os softwares de assinatura digital já contemplam a funcionalidade de verificação de assinatura. A integridade é determinada pela comparação do resumo criptográfico (HASH) do documento original com o resumo criptográfico cifrado pelo signatário. A obtenção do resumo criptográfico é possível através da decifragem da assinatura, utilizando a chave pública do certificado do assinante.

9.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Nº 14.133/2021](#)).

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#)).

9.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Os documentos relativos à habilitação que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Nº 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, § 4º](#)):



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

9.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8. Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela condução do processo poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.11. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos exigidos para fins de habilitação constantes do **ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA** deste e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

9.13. A habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

10. DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.3. Quando houver erro na aceitação do preço mais bem classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC Nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.licitanet.com.br>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. O adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

12.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida através do endereço eletrônico constante do preâmbulo, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do envio do e-mail.

12.5. Para celebração do contrato o licitante deverá manter todas as condições de habilitação, reapresentando todas as certidões de regularidade exigidas por ocasião da licitação.

12.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base à Licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei Nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens **13.3.1., 13.3.2., e 13.3.3.**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4., 13.1.5., 13.1.6., 13.1.7. e 13.1.8.**, bem como pelas infrações administrativas previstas itens **13.1.1., 13.1.2. e 13.1.3.**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME Nº 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no **Termo de Referência (ANEXO II)** e documentos complementares, elaborados, exclusivamente, pelos órgãos requisitantes, respeitada a segregação de funções.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas, conforme **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**.

16. DO PAGAMENTO:

16.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no **Termo de Referência (ANEXO II)**, e concomitantemente, na **Minuta do Contrato (ANEXO VII)** e na **Minuta da Ata de Registro de Preço (ANEXO VIII)**, sendo parte integrante deste edital.

17. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: (sistema eletrônico) <https://licitanet.com.br/>;

17.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

17.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18. RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

18.1. Dos atos da Administração decorrentes deste procedimento caberá recurso administrativo, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer durante a sessão pública, sob pena de preclusão.

18.3. Manifestada a intenção de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, por meio do sistema eletrônico.

18.4. Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio do Pregoeiro/Agente de Contratação, que poderá:

I – Reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis; ou

II – Encaminhar o recurso devidamente informado à autoridade competente para julgamento definitivo.

18.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. Os recursos terão efeito suspensivo quando sua análise puder influenciar diretamente o resultado do certame.

18.8. Não serão conhecidos recursos:

18.8.1. Interpostos fora do prazo;

18.8.2. Sem manifestação prévia de intenção;

18.8.3. Apresentados de forma genérica ou sem fundamentação;

18.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá o Termo de Referência anexo deste Edital.

19.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.quijingue.ba.gov.br/site/diariooficial> (link: **Diário Oficial**).

19.11. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial pela Lei Nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável.

19.12. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Cidade de Quijingue/BA, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.18.1. ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

19.18.2. ANEXO II – Termo de Referência

19.18.3. ANEXO III – Carta de Apresentação de Proposta

19.18.4. ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial de Preços

19.18.5. ANEXO V - Modelo de Credencial

19.18.6. ANEXO VI – Modelo de Declarações

19.18.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

19.18.8. ANEXO VIII – Ata de Registro de Preço

19.18.9. ANEXO IX – Declaração de Visita

19.18.10. ANEXO X - Declaração do Responsável Técnico

19.18.11. ANEXO XI - Apêndice

Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.

José Romero Rocha Matos Filho

Prefeito Municipal de Quijingue

Chiara Santana Ferreira

Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde

Sélia Alves Soares

Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01 - INTRODUÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XX e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, em atendimento às disposições previstas na Lei nº 14.133/2021.

O estudo foi elaborado como instrumento integrante da fase preparatória da contratação, visando identificar a necessidade administrativa, avaliar as alternativas disponíveis para seu atendimento, estimar quantitativos e custos, analisar riscos e demonstrar a solução mais adequada para atender ao interesse público.

A infraestrutura viária municipal constitui elemento essencial para o desenvolvimento econômico e social do Município, garantindo mobilidade urbana e rural, acesso aos serviços públicos, transporte escolar, atendimento à saúde, escoamento da produção agrícola e circulação segura de pessoas e veículos.

Diante da necessidade permanente de manutenção, recuperação, conservação e ampliação das condições de trafegabilidade das vias públicas municipais, torna-se necessária a realização de estudos técnicos que subsidiem a definição da solução mais eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

Neste contexto, o presente ETP busca demonstrar a viabilidade da contratação pretendida, considerando aspectos técnicos, operacionais, ambientais, econômicos e de gestão, de forma a assegurar que os recursos públicos sejam aplicados com eficiência, economicidade e observância aos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Ao final, o estudo apresentará os elementos necessários para subsidiar a tomada de decisão da Administração quanto à conveniência e oportunidade da contratação, bem como servirá de fundamento para a elaboração dos demais documentos da fase de planejamento da contratação.

02 - INFORMAÇÕES GERAIS:

Fundamento Legal:

O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como da legislação correlata e dos Decretos Municipais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

nº 249/2022, nº 460/2024 e nº 81/2025, além das demais exigências previstas no edital e seus anexos.

Objeto:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, compreendendo a execução de serviços de manutenção, recuperação, conservação, requalificação e adequação de vias públicas, incluindo atividades necessárias à melhoria das condições de trafegabilidade, mobilidade, segurança viária e acessibilidade, visando atender ao interesse público e às demandas da Administração Municipal.

Equipe de Planejamento:

- Samuel de Matos Barreto - Matrícula Nº 211326 – (Representante da Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Econômico – Coordenador da Comissão de Planejamento);

- Wellyngton Barbosa Portugal - Matrícula Nº 211323 (Representante da Secretaria Municipal de Educação);

- Carlene Alves Cavalcante - Matrícula Nº 4165 (Representante da Secretaria Municipal de Saúde);

- Ângela da Silva Santos - Matrícula Nº 4167 (Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social);

03 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Base legal: Art. 18, §1º, I.

A presente contratação decorre da necessidade de promover melhorias contínuas na infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, por meio da execução de serviços de engenharia destinados à manutenção, recuperação, conservação, requalificação e adequação das vias públicas municipais.

A malha viária municipal constitui importante instrumento de integração territorial, mobilidade da população e desenvolvimento econômico local, sendo responsável pelo acesso às comunidades rurais, unidades escolares, serviços de saúde, órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e demais atividades essenciais ao funcionamento do Município.

Em razão do desgaste natural provocado pelo tráfego de veículos, das ações climáticas, da ocorrência de processos erosivos, da necessidade de ampliação dos sistemas de drenagem e da manutenção permanente das vias públicas, verifica-se a existência de demandas contínuas por intervenções de engenharia voltadas à preservação e melhoria das condições de trafegabilidade e segurança viária.

Além da recuperação de trechos deteriorados, a Administração Municipal necessita executar serviços relacionados à drenagem superficial e profunda, pavimentação, recuperação de pavimentos existentes,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

melhoramento de estradas vicinais, implantação de dispositivos de acessibilidade, contenções, obras complementares e sinalização viária, visando garantir melhores condições de circulação e segurança para os usuários das vias públicas.

A adequada manutenção da infraestrutura viária impacta diretamente na prestação dos serviços públicos, especialmente no transporte escolar, atendimento das demandas da saúde, deslocamento das equipes administrativas, acesso da população aos serviços públicos e escoamento da produção agrícola das comunidades rurais.

A não realização da contratação poderá ocasionar agravamento das condições das vias públicas, aumento dos custos de manutenção da frota municipal, comprometimento da mobilidade urbana e rural, riscos à segurança dos usuários e prejuízos ao desenvolvimento econômico e social do Município.

Dessa forma, a necessidade administrativa encontra-se plenamente caracterizada, sendo indispensável a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia necessários à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, garantindo a adequada conservação do patrimônio público, a continuidade dos serviços públicos e a promoção do interesse coletivo.

04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II.

A futura contratação deverá ser executada por empresa especializada no ramo de engenharia, devidamente habilitada e com capacidade técnica e operacional compatível com a natureza, complexidade e porte dos serviços a serem executados.

Os serviços deverão ser realizados em estrita observância aos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, normas técnicas da ABNT, manuais dos órgãos competentes e demais exigências previstas nos documentos que integrarão o procedimento licitatório.

A contratada deverá disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, veículos, maquinários, materiais e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos trabalhos executados.

Os serviços deverão atender aos padrões de qualidade, desempenho, segurança, funcionalidade e durabilidade exigidos para obras e serviços de engenharia, observando as boas práticas construtivas e os critérios técnicos aplicáveis a cada atividade executada.

A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro no CREA ou CAU, conforme a natureza dos serviços,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

responsabilizando-se pela execução, supervisão e acompanhamento técnico das atividades contratadas.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas de segurança do trabalho, medicina ocupacional, proteção ambiental e demais exigências previstas na legislação vigente.

A empresa contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas no procedimento licitatório.

As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar impactos à mobilidade urbana, ao tráfego local, às atividades da população e ao funcionamento dos serviços públicos, adotando-se as medidas de sinalização, isolamento e segurança necessárias.

Os materiais empregados na execução dos serviços deverão possuir qualidade compatível com as especificações técnicas do projeto, observando as normas aplicáveis e os requisitos de desempenho exigidos para cada solução de engenharia.

A contratada deverá adotar medidas destinadas à proteção do meio ambiente, ao controle de resíduos, à prevenção de danos ambientais e à recuperação das áreas eventualmente impactadas pela execução dos serviços.

Os serviços deverão contemplar, conforme as necessidades da Administração e os quantitativos previstos na planilha orçamentária, atividades relacionadas à mobilização de canteiro, terraplenagem, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, melhoramento de estradas vicinais, contenções, obras complementares, sinalização viária e demais intervenções necessárias à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município.

A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, segurança, durabilidade, interesse público e desenvolvimento sustentável, garantindo que os serviços atendam adequadamente às necessidades da Administração Municipal e da população do Município de Quijingue/BA.

05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Base legal: Art. 18, §1º, III e V.

A estimativa das quantidades foi elaborada com base em levantamentos técnicos preliminares realizados pela Administração Municipal, considerando a extensão da malha viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, as condições atuais da infraestrutura existente, as demandas identificadas pelos setores competentes e a necessidade de manutenção, recuperação, conservação e melhoria das vias públicas municipais.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Para definição dos quantitativos foram considerados estudos técnicos, inspeções de campo, histórico de intervenções realizadas em exercícios anteriores, características geotécnicas das áreas de intervenção, volume estimado de serviços necessários e projeção das demandas de infraestrutura viária a serem atendidas durante a vigência da futura contratação.

As quantidades contemplam serviços de mobilização e instalação de canteiro de obras, ensaios tecnológicos, sondagens, demolições, remoções, escavações, movimentação de terra, regularização de subleito, execução de aterros, implantação e recuperação de sistemas de drenagem, pavimentação em paralelepípedo, pavimentação asfáltica, piso intertravado, melhoramento de estradas vicinais, construção e recuperação de passeios, meios-fios, dispositivos de acessibilidade, contenções, gabiões, sinalização viária e demais serviços complementares necessários à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município.

Os quantitativos foram dimensionados a partir das necessidades efetivamente identificadas pela Administração, observando critérios de razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, de forma a garantir o adequado atendimento das demandas municipais sem comprometer a competitividade do futuro certame.

Registra-se que as quantidades constantes da planilha orçamentária possuem caráter estimativo e representam a previsão de execução dos serviços durante a vigência contratual, podendo sofrer adequações decorrentes de medições, levantamentos complementares, necessidades supervenientes ou ajustes técnicos devidamente justificados pela Administração, observados os limites estabelecidos na legislação vigente.

A estimativa elaborada mostra-se suficiente para atender às necessidades identificadas, proporcionando condições adequadas para execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhores condições de mobilidade, acessibilidade e segurança para a população.

06 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

Base legal: Art. 18, §1º, IV.

O levantamento de mercado foi realizado com a finalidade de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa relacionada à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, bem como avaliar a viabilidade técnica, operacional e econômica das soluções existentes.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Verificou-se que o mercado nacional possui ampla disponibilidade de empresas especializadas na execução de obras e serviços de engenharia voltados à infraestrutura viária, incluindo atividades de terraplenagem, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, melhoramento de estradas vicinais, contenções, sinalização viária e demais serviços correlatos.

Foram analisadas as seguintes alternativas para atendimento da demanda:

a) Execução direta pela Administração Municipal:

Alternativa considerada inviável diante da insuficiência de estrutura operacional própria, limitações de equipamentos especializados, necessidade de mão de obra técnica específica e elevada complexidade dos serviços previstos.

b) Contratações isoladas por tipo de serviço:

Alternativa que demandaria múltiplos procedimentos licitatórios, maior esforço administrativo, aumento dos custos de gestão contratual e dificuldades de coordenação entre diferentes empresas executoras.

c) Contratação integrada de empresa especializada para execução dos serviços previstos:

Alternativa considerada mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, permitindo maior eficiência na execução dos serviços, padronização dos procedimentos construtivos, melhor controle da execução contratual e otimização da aplicação dos recursos públicos.

A análise das contratações similares realizadas por outros entes públicos demonstra que a contratação de empresa especializada constitui a solução mais adotada pela Administração Pública para execução de serviços de infraestrutura viária, em razão da necessidade de utilização de equipamentos específicos, mão de obra qualificada e capacidade operacional compatível com a complexidade dos serviços.

Também foram utilizadas como referências composições e parâmetros oriundos dos sistemas oficiais de custos de obras públicas, incluindo SINAPI, SICRO, ORSE, SUDECAP, SETOP e demais bases técnicas utilizadas na elaboração da planilha orçamentária do empreendimento, assegurando compatibilidade com os preços praticados pelo mercado e observância das boas práticas de engenharia.

Diante do levantamento realizado, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA representa a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para atendimento da necessidade identificada, observando os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

07 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, V e Art. 23.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base na planilha orçamentária desenvolvida para o empreendimento, utilizando composições de custos e referências oficiais de preços provenientes dos sistemas SINAPI, SICRO/DNIT, ORSE, SUDECAP, SETOP e demais bases referenciais aplicáveis à execução de obras e serviços de engenharia, observando os critérios estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

O orçamento foi estruturado a partir dos quantitativos estimados para execução dos serviços necessários à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, contemplando atividades relacionadas à instalação de canteiro de obras, ensaios tecnológicos, sondagens, demolições, movimentação de terra, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, melhoramento de estradas vicinais, obras complementares, contenções, sinalização viária e demais serviços previstos para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

Para composição dos preços foi adotado BDI de 24,23% (terceiro quartil do TCU), em conformidade com os parâmetros técnicos usualmente empregados em contratações de obras e serviços de engenharia, garantindo maior segurança na formação do orçamento estimado.

O valor total estimado da contratação corresponde a **R\$ 17.211.469,39 (dezessete milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, conforme planilha orçamentária integrante dos autos do processo administrativo.

A estimativa realizada reflete os preços praticados pelo mercado para serviços de natureza semelhante, constituindo parâmetro para análise da aceitabilidade das propostas, aferição da vantajosidade da contratação e verificação da exequibilidade dos preços ofertados pelos licitantes.

Registra-se que os quantitativos e valores constantes do orçamento possuem natureza estimativa, podendo sofrer adequações decorrentes de levantamentos complementares, medições de campo, ajustes de projeto ou necessidades técnicas supervenientes, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que o valor estimado apresenta compatibilidade com os serviços previstos, com os quantitativos projetados e com os preços referenciais utilizados, demonstrando a viabilidade econômica da contratação pretendida e fornecendo suporte adequado para a futura licitação.

08 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, mediante fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços.

A contratação abrangerá a execução de serviços de manutenção, recuperação, conservação, adequação, ampliação e requalificação da infraestrutura viária municipal, contemplando intervenções necessárias para melhoria das condições de trafegabilidade, segurança viária, acessibilidade, drenagem e mobilidade urbana e rural.

A solução compreende a realização de serviços de implantação e manutenção de canteiro de obras, ensaios tecnológicos, sondagens, demolições, remoções, movimentação de terra, regularização de subleito, aterros, drenagem superficial e profunda, implantação de dispositivos de drenagem, pavimentação em paralelepípedo, pavimentação asfáltica, execução de piso intertravado, melhoramento de estradas vicinais, execução de meios-fios, passeios, dispositivos de acessibilidade, obras de contenção, gabiões, proteção de taludes, sinalização horizontal e vertical e demais intervenções necessárias ao adequado funcionamento da infraestrutura viária municipal.

A execução dos serviços deverá observar os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, normas técnicas da ABNT, manuais dos órgãos competentes e demais requisitos técnicos que integrarão o processo licitatório.

A solução adotada permitirá que a Administração Municipal disponha de estrutura técnica especializada para atendimento das demandas relacionadas à infraestrutura viária, assegurando maior eficiência operacional, melhor qualidade dos serviços executados, redução de custos decorrentes de intervenções emergenciais e ampliação da vida útil dos investimentos públicos realizados.

Além disso, a contratação possibilitará a execução das intervenções conforme as necessidades identificadas pela Administração, garantindo maior flexibilidade no atendimento das demandas urbanas e rurais, bem como melhor gestão dos recursos públicos destinados à infraestrutura municipal.

A solução mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, considerando a complexidade dos serviços, a necessidade de utilização de equipamentos especializados, mão de obra qualificada e capacidade operacional compatível com a dimensão das intervenções previstas.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural representa a solução mais eficiente para atendimento da necessidade identificada, contribuindo para a melhoria da mobilidade, da segurança viária, da acessibilidade e do desenvolvimento econômico e social do Município de Quijingue/BA.

09 - JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA

Base legal: Art. 58 da Lei nº 14.133/2021

Considerando a política administrativa adotada pelo Município e a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de segurança jurídica, gestão de riscos e proteção ao interesse público nas contratações públicas, será exigida garantia de proposta no presente procedimento licitatório, observadas as disposições do art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

A garantia de proposta possui a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes, reduzir riscos relacionados à apresentação de propostas sem efetiva capacidade de execução, minimizar ocorrências de desistências injustificadas, condutas oportunistas e comportamentos que possam comprometer a regularidade do procedimento licitatório ou a futura execução contratual.

A exigência mostra-se especialmente adequada diante da relevância técnica e econômica da presente contratação, cujo valor estimado é de **R\$ 17.211.469,39 (dezesete milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, envolvendo serviços de engenharia de elevada complexidade operacional, múltiplas frentes de execução, utilização de equipamentos especializados, mão de obra qualificada e significativo volume de recursos públicos.

A medida busca conferir maior segurança à Administração Pública, fortalecendo a fase competitiva do certame e contribuindo para a seleção de propostas formuladas por licitantes efetivamente comprometidos com as obrigações assumidas perante a Administração.

Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021 estabelece expressamente, em seu art. 58, a possibilidade de exigência de garantia de proposta, constituindo instrumento legítimo de mitigação de riscos e mecanismo de proteção à Administração Pública.

O entendimento jurisprudencial recente do Tribunal de Contas da União reforça a legalidade da medida. No **Acórdão nº 1128/2026 – Plenário**, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, o TCU reconheceu a validade da exigência prévia de garantia de proposta, destacando que a Lei nº 14.133/2021 instituiu um sistema de garantias voltado à adequada gestão dos riscos das contratações públicas, atribuindo à garantia de proposta a finalidade de assegurar a seriedade das ofertas e evitar comportamentos oportunistas dos licitantes.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Conforme destacado no referido entendimento, a garantia de proposta atua como verdadeiro mecanismo de qualificação da competição, funcionando como instrumento destinado à proteção da Administração contrapropostas apresentadas sem efetiva capacidade ou compromisso de execução.

O Tribunal concluiu que a exigência da garantia de proposta mostra-se juridicamente defensável e não representa, por si só, restrição indevida à competitividade, desde que aplicada de forma objetiva, proporcional e em conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, considerando a elevada relevância do objeto, a complexidade técnica dos serviços, o expressivo valor estimado da contratação, a necessidade de fortalecimento dos mecanismos de controle, a redução de riscos, a proteção do interesse público, a promoção da segurança jurídica e a observância ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, fica justificada a exigência da garantia de proposta no presente procedimento licitatório, observados os limites e condições estabelecidos no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

10 - RESULTADOS PRETENDIDOS:

Base legal: Art. 18, §1º, VII.

Com a presente contratação, a Administração Municipal pretende promover a melhoria das condições da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, assegurando maior qualidade, segurança, mobilidade e acessibilidade para a população.

Espera-se proporcionar melhores condições de trafegabilidade nas vias públicas municipais, reduzindo pontos críticos, minimizando danos causados pelas condições precárias de circulação e aumentando a segurança de pedestres, motociclistas, ciclistas e demais usuários do sistema viário.

A contratação visa contribuir para a conservação e valorização do patrimônio público municipal, por meio da execução de serviços de engenharia voltados à manutenção, recuperação, requalificação e ampliação da vida útil da infraestrutura existente.

Pretende-se ainda melhorar as condições de acesso às comunidades rurais, facilitando o transporte escolar, o deslocamento de pacientes, o acesso aos serviços públicos essenciais e o escoamento da produção agrícola, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social do Município.

Entre os resultados esperados destacam-se a melhoria dos sistemas de drenagem, redução de processos erosivos, ampliação da durabilidade dos pavimentos, recuperação de trechos degradados, implantação de dispositivos de acessibilidade, adequação da sinalização



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

viária e aumento da segurança nas áreas contempladas pelas intervenções.

A solução também busca reduzir custos futuros com manutenções emergenciais, aumentar a eficiência da gestão da infraestrutura pública e proporcionar maior planejamento das ações de conservação e recuperação viária.

Espera-se, ainda, promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, mediante execução de serviços com qualidade técnica adequada, observância das normas de engenharia e atendimento aos padrões exigidos pelos órgãos competentes.

Dessa forma, os resultados pretendidos consistem na melhoria efetiva da infraestrutura viária urbana e rural, no fortalecimento da mobilidade municipal, na ampliação da segurança e acessibilidade, na preservação do patrimônio público e na promoção do desenvolvimento econômico e social do Município de Quijingue/BA, garantindo benefícios diretos e permanentes para a população.

11 - PARCELAMENTO DO OBJETO:

Base legal: Art. 18, §1º, VIII e Art. 40, V, "b".

Após análise técnica da solução proposta, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra recomendável sob a perspectiva da eficiência, economicidade e adequada execução contratual.

Os serviços previstos possuem natureza integrada e interdependente, envolvendo atividades de mobilização de canteiro, terraplenagem, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, obras complementares, contenções, sinalização viária e demais intervenções correlatas, que demandam planejamento unificado, compatibilização técnica e coordenação operacional permanente durante toda a execução contratual.

A eventual divisão do objeto em múltiplos contratos ou lotes independentes poderia gerar dificuldades de coordenação entre diferentes executores, aumento dos custos de mobilização e desmobilização, sobreposição de responsabilidades, riscos de incompatibilidade técnica entre as etapas executivas e prejuízos à eficiência da fiscalização e gestão contratual.

Além disso, a fragmentação da contratação poderia comprometer o adequado sequenciamento das atividades de engenharia, especialmente nos serviços de drenagem, terraplenagem, pavimentação, contenções e sinalização, cuja execução exige integração técnica para garantir a funcionalidade e a durabilidade das intervenções realizadas.

Sob o aspecto econômico, a contratação conjunta possibilita melhor aproveitamento da estrutura operacional da empresa executora, otimização da utilização de equipamentos e maquinários, redução de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

custos indiretos e obtenção de ganhos de escala, refletindo em maior vantajosidade para a Administração Pública.

Ressalta-se que o parcelamento não constitui regra absoluta, devendo ser adotado apenas quando demonstrada sua viabilidade técnica e econômica. No presente caso, a análise realizada evidencia que a execução integrada dos serviços proporciona melhores condições de gerenciamento, fiscalização, controle de qualidade e obtenção dos resultados pretendidos.

Dessa forma, com fundamento no art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, conclui-se pela **não adoção do parcelamento do objeto**, tendo em vista que a contratação em lote único mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, assegurando maior eficiência na execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

Base legal: Art. 18, §1º, X.

A presente contratação possui relação direta com outras ações e investimentos públicos voltados à manutenção, ampliação e melhoria da infraestrutura urbana e rural do Município de Quijingue/BA, especialmente aqueles destinados à mobilidade urbana, drenagem, pavimentação, acessibilidade, urbanização de espaços públicos e conservação da malha viária municipal.

Podem ser consideradas contratações correlatas aquelas relacionadas à elaboração de projetos de engenharia, levantamentos topográficos, estudos geotécnicos, serviços de fiscalização e supervisão de obras, manutenção de estradas vicinais, implantação de sistemas de drenagem, execução de obras de urbanização, sinalização viária, construção de equipamentos públicos e demais intervenções de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento municipal.

Também guardam correlação com o objeto as contratações destinadas à aquisição de insumos, materiais de construção, equipamentos e serviços auxiliares eventualmente necessários para execução de políticas públicas relacionadas à infraestrutura, mobilidade e desenvolvimento urbano e rural.

Entretanto, registra-se que a presente contratação possui autonomia técnica e operacional, não estando sua execução condicionada à celebração prévia de outras contratações para que os resultados pretendidos sejam alcançados.

Os levantamentos, ensaios, sondagens, serviços de drenagem, terraplenagem, pavimentação, contenções, obras complementares e sinalização previstos no escopo da contratação constituem solução



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

completa e suficiente para atendimento da necessidade administrativa identificada, possibilitando a execução integrada das intervenções necessárias à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município.

Dessa forma, embora existam contratações que possam possuir relação indireta ou complementar com o objeto, não foram identificadas contratações correlatas cuja realização constitua requisito indispensável para a viabilidade da presente contratação, concluindo-se que os serviços poderão ser executados de forma autônoma, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de mobilidade, segurança viária, acessibilidade e desenvolvimento do Município de Quijingue/BA.

13 - PREVISÃO NO PLANEJAMENTO:

Base legal: Art. 18 e Art. 12, VII.

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal, estando compatível com as ações governamentais voltadas à melhoria da infraestrutura urbana e rural, à promoção da mobilidade, à ampliação da segurança viária e ao fortalecimento do desenvolvimento econômico e social do Município de Quijingue/BA.

Os serviços pretendidos integram as políticas públicas de infraestrutura e desenvolvimento municipal, possuindo relação direta com as necessidades permanentes de manutenção, recuperação, conservação e ampliação da malha viária urbana e rural, elemento essencial para o adequado funcionamento dos serviços públicos e para a melhoria da qualidade de vida da população.

A contratação está em consonância com os instrumentos de planejamento e gestão da Administração, especialmente com as ações voltadas à manutenção do patrimônio público, melhoria da acessibilidade, fortalecimento da mobilidade urbana e rural, apoio ao transporte escolar, acesso aos serviços de saúde e estímulo ao desenvolvimento das atividades econômicas locais.

Registra-se que o Município encontra-se em processo contínuo de estruturação, consolidação e aperfeiçoamento do Plano de Contratações Anual – PCA, de modo que eventual ausência formal da presente demanda no referido instrumento não constitui impedimento para a realização da contratação, desde que devidamente demonstrada a necessidade administrativa e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a contratação encontra respaldo nas diretrizes orçamentárias e nos programas governamentais destinados à execução de investimentos em infraestrutura pública, contribuindo para a preservação do patrimônio municipal e para a ampliação da eficiência dos serviços públicos ofertados à população.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação encontra-se compatível com o planejamento institucional da Administração Municipal e alinhada aos objetivos estratégicos de desenvolvimento da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, atendendo às disposições do art. 18 e do art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

14 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Base legal: art. 18, § 1º, incisos IV, VI e VII; Art. 28 e art. 5º CF.

Após a realização do levantamento de mercado, da análise das necessidades administrativas e da avaliação das alternativas disponíveis para atendimento da demanda, concluiu-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

A escolha da solução decorre da necessidade de utilização de mão de obra especializada, equipamentos específicos, maquinário adequado, capacidade técnica operacional e estrutura compatível com a complexidade dos serviços a serem executados, fatores que não podem ser plenamente atendidos mediante execução direta pela Administração Municipal.

A alternativa de contratação de empresa especializada apresenta maior viabilidade técnica, operacional e econômica, possibilitando a execução integrada dos serviços previstos, observando padrões de qualidade, segurança, desempenho e durabilidade compatíveis com as exigências aplicáveis às obras e serviços de engenharia.

A solução adotada permite a realização de intervenções relacionadas à terraplenagem, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, melhoramento de estradas vicinais, execução de contenções, obras complementares, acessibilidade e sinalização viária, garantindo a adequada integração entre as diversas etapas construtivas e maior eficiência na execução contratual.

Sob o aspecto econômico, a contratação de empresa especializada proporciona melhor aproveitamento dos recursos públicos, redução de custos operacionais, otimização da utilização de equipamentos e materiais, além de possibilitar a obtenção de ganhos de escala e maior eficiência na gestão do empreendimento.

A solução também assegura melhores condições para fiscalização, controle da execução, acompanhamento dos resultados e responsabilização contratual, contribuindo para o adequado cumprimento dos objetivos institucionais da Administração Pública.

A escolha da contratação mediante procedimento licitatório observa o disposto no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a seleção da



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, planejamento, transparência, competitividade e interesse público previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37 da Constituição Federal.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia constitui a solução que melhor atende ao interesse público, apresentando maior viabilidade técnica, operacional e econômica para promover a melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, assegurando o alcance dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

15 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS:

Base legal: Art. 18, §1º, IX.

Previamente à realização da contratação, deverão ser adotadas as medidas administrativas, técnicas e operacionais necessárias à adequada instrução do processo licitatório e à futura execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

Deverão ser concluídos e aprovados os estudos técnicos, projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, composições de custos e demais documentos necessários à caracterização precisa do objeto a ser licitado.

Também deverão ser promovidas as verificações relacionadas à disponibilidade orçamentária e financeira para suporte das despesas decorrentes da contratação, observadas as disposições da legislação vigente.

A Administração deverá providenciar a elaboração e aprovação dos documentos que compõem a fase preparatória da contratação, incluindo Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência ou Projeto Básico, pesquisa de preços, mapa de riscos e demais elementos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

Quando aplicável, deverão ser obtidas previamente as autorizações, licenças, anuências e aprovações dos órgãos competentes necessárias à execução dos serviços.

Deverá ser realizada a designação dos agentes públicos responsáveis pela condução do procedimento licitatório, fiscalização e gestão contratual, observando as atribuições previstas na Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá promover o adequado planejamento da execução contratual, identificando as áreas prioritárias para intervenção,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

os critérios de acompanhamento dos serviços e os mecanismos de controle e fiscalização da futura contratação.

Também deverão ser adotadas providências relacionadas à definição dos locais de execução, levantamentos de campo complementares, conferência dos quantitativos projetados e atualização dos elementos técnicos que subsidiarão a licitação, quando necessário.

Por fim, deverão ser observadas todas as exigências legais, técnicas, ambientais, orçamentárias e administrativas aplicáveis à contratação, de modo a assegurar a regularidade do procedimento, a eficiência da futura execução contratual e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

16 - IMPACTOS AMBIENTAIS:

Base legal: Art. 18, §1º, XII.

A execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA poderá gerar impactos ambientais temporários e controláveis, inerentes às atividades de terraplenagem, movimentação de solo, drenagem, pavimentação, transporte de materiais, utilização de máquinas e equipamentos e demais serviços previstos para execução do objeto.

Entre os principais impactos potenciais destacam-se a geração de resíduos da construção civil, alteração temporária das condições do solo, emissão de poeira, ruídos provenientes da operação de máquinas e equipamentos, consumo de recursos naturais, movimentação de materiais e possíveis interferências pontuais na drenagem superficial durante a execução das obras.

A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para prevenção, controle, mitigação e correção dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, observando rigorosamente a legislação ambiental vigente, as normas técnicas aplicáveis e as exigências dos órgãos competentes.

Os resíduos eventualmente gerados deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 e demais normas aplicáveis, ficando vedado o descarte irregular em áreas públicas, corpos hídricos, áreas de preservação ou locais não autorizados.

Durante a execução dos serviços deverão ser adotadas medidas destinadas à redução da emissão de poeira, controle de processos erosivos, proteção de áreas sensíveis, preservação dos sistemas de drenagem existentes e minimização dos transtornos à população.

A contratada deverá promover a adequada manutenção dos equipamentos utilizados na obra, visando reduzir emissões atmosféricas,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes e demais substâncias potencialmente poluidoras.

Quando necessário, deverão ser implementadas medidas de recuperação das áreas eventualmente impactadas pela execução dos serviços, restabelecendo as condições adequadas de utilização e estabilidade dos locais de intervenção.

A solução proposta apresenta relevante impacto ambiental positivo, uma vez que contribuirá para a melhoria das condições de drenagem urbana e rural, redução de processos erosivos, aumento da segurança viária, melhoria da mobilidade da população, preservação da infraestrutura pública existente e ampliação das condições de acessibilidade no Município.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais negativos decorrentes da execução dos serviços são temporários, controláveis e passíveis de mitigação mediante adoção das medidas técnicas adequadas, sendo amplamente superados pelos benefícios sociais, econômicos e ambientais proporcionados pela melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

17 - MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS:

Base legal: Art. 18, §1º, X.

A análise de riscos foi realizada com o objetivo de identificar eventos que possam comprometer o planejamento, a contratação e a execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, permitindo a adoção de medidas preventivas e mitigadoras adequadas.

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS
Licitação deserta ou fracassada	Média	Alto	Elaboração adequada dos documentos técnicos, orçamento compatível com o mercado e ampla divulgação do certame.
Apresentação de propostas inexequíveis	Média	Alto	Aplicação dos critérios da Lei nº 14.133/2021, análise de exequibilidade e realização de diligências quando necessário.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS
Erros ou inconsistências em projetos e planilhas	Média	Alto	Revisão técnica dos documentos, conferência dos quantitativos e validação prévia dos elementos de engenharia.
Atraso na mobilização da empresa contratada	Média	Alto	Definição clara dos prazos contratuais, fiscalização permanente e aplicação das sanções cabíveis.
Insuficiência de mão de obra, equipamentos ou materiais	Média	Alto	Exigência de qualificação técnica compatível e acompanhamento da capacidade operacional da contratada.
Interferências causadas por condições climáticas adversas	Alta	Médio	Planejamento do cronograma de execução e adoção de medidas de contingência para períodos chuvosos.
Atraso na execução dos serviços	Média	Alto	Fiscalização contínua, acompanhamento do cronograma físico-financeiro e adoção de medidas corretivas tempestivas.
Não conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações	Média	Alto	Controle tecnológico, fiscalização permanente e exigência de correção dos serviços executados inadequadamente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS
Ocorrência de acidentes de trabalho durante a execução	Baixa	Alto	Exigência de cumprimento das normas de segurança do trabalho, fornecimento de EPIs e supervisão técnica permanente.
Aumento extraordinário dos custos de insumos e materiais	Média	Médio	Planejamento orçamentário adequado e observância das regras legais de reequilíbrio econômico-financeiro.
Danos ambientais decorrentes da execução dos serviços	Baixa	Médio	Cumprimento da legislação ambiental, gerenciamento adequado dos resíduos e adoção de medidas mitigadoras.
Falhas na drenagem ou problemas técnicos posteriores à execução	Baixa	Alto	Fiscalização da execução, observância dos projetos e realização de testes e controles de qualidade.
Paralisação da obra por inadimplemento contratual	Baixa	Alto	Monitoramento da execução contratual, aplicação das medidas administrativas cabíveis e gestão ativa do contrato.
Descumprimento de obrigações trabalhistas, fiscais ou previdenciárias pela contratada	Média	Médio	Fiscalização documental periódica e verificação da manutenção das condições de habilitação.
Deficiências na fiscalização	Baixa	Alto	Designação formal de gestor e fiscais



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

RISCO IDENTIFICADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	MEDIDAS PREVENTIVAS / MITIGADORAS
acompanhamento contratual			capacitados para acompanhamento da execução contratual.

Diante da análise realizada, conclui-se que os riscos identificados são compatíveis com a natureza e a complexidade dos serviços de engenharia pretendidos, apresentando níveis aceitáveis de probabilidade e impacto, podendo ser adequadamente administrados por meio de planejamento, fiscalização eficiente, acompanhamento técnico permanente e adoção das medidas preventivas e mitigadoras propostas.

As medidas de controle previstas mostram-se suficientes para reduzir a ocorrência dos eventos identificados e minimizar seus efeitos sobre a execução contratual, contribuindo para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

Dessa forma, a avaliação de riscos não identificou fatores capazes de inviabilizar a contratação, concluindo-se pela viabilidade técnica e operacional da execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

18 - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, XIII.

Após a realização dos estudos técnicos necessários, da análise da necessidade administrativa, do levantamento de mercado, da definição da solução a ser contratada, da estimativa de quantitativos e custos, bem como da avaliação dos riscos envolvidos, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se **tecnicamente viável, operacionalmente exequível e economicamente vantajosa** para a Administração Pública do Município de Quijingue/BA.

Os elementos constantes deste Estudo Técnico Preliminar demonstram que a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural atende adequadamente às necessidades identificadas pela Administração, constituindo solução compatível com os objetivos institucionais do Município e com o interesse público envolvido.

A solução proposta apresenta condições de proporcionar melhorias significativas na mobilidade urbana e rural, na segurança viária, na acessibilidade, no escoamento da produção agrícola, no transporte escolar, no acesso aos serviços públicos e na conservação do patrimônio público municipal, gerando benefícios diretos para a população e para a gestão pública.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

A análise de mercado evidenciou a existência de empresas aptas à execução dos serviços pretendidos, assegurando a competitividade do futuro certame e a possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Verificou-se ainda que os riscos identificados são compatíveis com a natureza da contratação e podem ser adequadamente mitigados mediante planejamento, fiscalização eficiente, acompanhamento técnico e observância das medidas de controle previstas neste estudo.

Sob o aspecto orçamentário, a estimativa de custos foi elaborada com base em referências oficiais de preços e parâmetros técnicos de engenharia, demonstrando compatibilidade com os valores praticados no mercado e viabilidade econômica para execução do objeto.

Dessa forma, **opina-se favoravelmente pela continuidade do processo de contratação**, considerando plenamente demonstrada a conveniência, oportunidade e viabilidade da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, recomendando-se o prosseguimento das etapas subsequentes da fase preparatória e a adoção das providências necessárias para realização do procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.

Chiara Santana Ferreira

Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde

Sélia Alves Soares
Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 6º, XXIII e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.1. Constitui objeto da presente contratação a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, compreendendo a execução de serviços de manutenção, recuperação, conservação, requalificação e adequação de vias públicas, incluindo atividades necessárias à melhoria das condições de trafegabilidade, mobilidade, segurança viária e acessibilidade, visando atender ao interesse público e às demandas da Administração Municipal, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

LOTE 01 – SERVIÇOS DE ENGENHARIA

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE/BA, COMPREENDENDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, INCLUINDO ATIVIDADES NECESSÁRIAS À MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE, MOBILIDADE, SEGURANÇA VIÁRIA E ACESSIBILIDADE, VISANDO ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO E ÀS DEMANDAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. (PLANILHA NO FINAL DO EDITAL PARA PREENCHIMENTO E ENCAMINHAMENTO ANEXO COM A	SERVIÇOS	1	R\$ 17.211.469,39



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

<p>PROPOSTA DO SISTEMA SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO). * DEVERÁ, AINDA, SER APRESENTADA, JUNTAMENTE COM A PLANILHA DE PREÇOS DA LICITANTE, A PLANILHA QUE EXPRESSE A COMPOSIÇÃO DE TODOS OS SEUS CUSTOS UNITÁRIOS, NA FORMA DO ART. 56, § 5º, II DA LEI Nº 14.133/21 E SÚMULA 258/2010 DO TCU. NAS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS, SERÃO UTILIZADOS OS VALORES REFERENCIAIS CONSTANTES NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL SINAPI, DE ACORDO COM O ART. 3º DO DECRETO FEDERAL 7.983/13. A LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR QUE NESTA COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS CONCERNENTES À MÃO-DE-OBRA DEVERÁ SER OBSERVADO O VALOR DESTA, DISPOSTO NA CONVENÇÃO COLETIVA OU ACORDO COLETIVO, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, QUANDO DA RECEPÇÃO DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS. *PLANILHAS ANALÍTICAS DAS COMPOSIÇÕES DOS ENCARGOS SOCIAIS DA MÃO-DE-OBRA DIRETA E INDIRETA; * OS PERCENTUAIS CONSTANTES DA PLANILHA DOS ENCARGOS SOCIAIS DEVERÃO OBSERVAR PARA O SEU PREENCHIMENTO OS PERCENTUAIS FIXADOS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR. * CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO CONTENDO AS ETAPAS DE EXECUÇÃO E RESPECTIVOS VALORES DE DESEMBOLSO, DISCRIMINANDO SEPARADAMENTE</p>			
--	--	--	--



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

AS OBRAS E OS SERVIÇOS DE ACORDO COM OS ITENS CONSTANTES DA PLANILHA DE PREÇOS DA PREFEITURA E COMPATÍVEL COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MÁXIMO ANEXO A ESTE EDITAL. * A PROPOSTA NÃO PODERÁ APRESENTAR MAIS DE UMA COTAÇÃO PARA A MESMA OBRA.			
--	--	--	--

1.2. Os serviços serão executados de acordo com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos que integram o processo administrativo.

1.3. A contratação compreende o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, maquinários e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços contratados.

1.4. Os serviços contemplarão, conforme demanda da Administração e quantitativos previstos em planilha, atividades relacionadas à mobilização e instalação de canteiro de obras, terraplenagem, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, melhoramento de estradas vicinais, construção e recuperação de passeios, meios-fios, dispositivos de acessibilidade, contenções, sinalização viária e demais intervenções necessárias à melhoria da infraestrutura viária municipal.

1.5. O objeto será executado em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando os padrões de qualidade, segurança, desempenho e durabilidade exigidos para obras e serviços de engenharia.

1.6. O critério de julgamento da futura licitação será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, considerando a natureza integrada dos serviços e a necessidade de execução coordenada das atividades previstas para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

1.7. A contratação tem por finalidade promover a melhoria das condições de mobilidade urbana e rural, ampliar a segurança viária, melhorar o acesso às comunidades, fortalecer o transporte escolar, facilitar o escoamento da produção agrícola e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Município de Quijingue/BA.

02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Base legal: Art. 6º, inciso XIII, e Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.1. A presente contratação fundamenta-se nas disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

economicidade, competitividade, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável.

2.2. O objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, compreendendo a execução de serviços de manutenção, recuperação, conservação, requalificação e adequação de vias públicas.

2.3. Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto caracteriza-se como **serviço comum de engenharia**, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, normas técnicas e métodos executivos amplamente conhecidos no setor da construção civil.

2.4. Os serviços previstos envolvem atividades de engenharia executadas mediante utilização de técnicas, materiais, equipamentos e procedimentos padronizados, permitindo a definição clara dos requisitos de execução e dos critérios de medição e pagamento.

2.5. A contratação será realizada mediante procedimento licitatório, observando as disposições dos arts. 28 e 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se a modalidade compatível com a natureza e o valor estimado da contratação.

2.6. Considerando a natureza integrada dos serviços, a necessidade de compatibilização das diversas etapas executivas e a busca pela obtenção de maior eficiência operacional, a contratação será processada pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, garantindo unidade técnica e adequada gestão contratual.

2.7. A execução dos serviços deverá observar os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, normas da ABNT, manuais dos órgãos competentes e demais documentos que compõem o processo administrativo.

2.8. A classificação do objeto como serviço comum de engenharia mostra-se adequada às características da contratação, estando em conformidade com a legislação vigente e com o entendimento consolidado dos órgãos de controle acerca da natureza dos serviços de infraestrutura viária.

2.9. A presente contratação observa integralmente os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos para melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

03 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Base legal: Art. 18, §1º, VI da Lei nº 14.133/2021.

3.1. A descrição detalhada da solução adotada encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, documento que integra o presente processo administrativo e subsidia a presente contratação.

3.2. A solução consiste na contratação da alternativa identificada como mais vantajosa para o atendimento da necessidade administrativa, conforme estudos realizados na fase de planejamento da contratação, observadas as especificações, quantitativos, requisitos técnicos e condições de execução definidos neste Termo de Referência.

3.3. A futura contratada será responsável pela execução integral do objeto contratado, incluindo o fornecimento de bens, materiais, equipamentos, mão de obra, serviços, logística e demais recursos necessários, quando aplicáveis, garantindo o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública.

3.4. A execução deverá ocorrer em estrita observância às especificações técnicas, condições de qualidade, prazos, níveis de desempenho e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e seus anexos.

3.5. A solução adotada foi definida com base nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável, demonstrando-se adequada para o atendimento da demanda administrativa identificada.

3.6. Considera-se que a solução proposta atende integralmente à necessidade da Administração, apresentando viabilidade técnica e econômica, compatibilidade com o mercado fornecedor e potencial para geração dos resultados pretendidos pela contratação.

04 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

4.1. A contratação deverá ser executada por empresa especializada no ramo da construção civil e engenharia, devidamente habilitada e com capacidade técnica e operacional compatível com a natureza, porte e complexidade dos serviços previstos.

4.2. A contratada deverá executar os serviços em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos integrantes do processo licitatório.

4.3. A empresa deverá disponibilizar toda a mão de obra necessária à execução dos serviços, incluindo profissionais qualificados, operadores de máquinas, encarregados, técnicos e demais trabalhadores indispensáveis ao cumprimento do objeto.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4.4. A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos, máquinas, combustíveis, insumos e demais recursos necessários à perfeita execução dos serviços.

4.5. Os serviços deverão observar rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as especificações dos órgãos competentes e as boas práticas de engenharia aplicáveis ao objeto.

4.6. A contratada deverá manter responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo junto ao CREA ou CAU, conforme a natureza dos serviços, assumindo a responsabilidade técnica pela execução contratual.

4.7. Antes do início da execução dos serviços, a contratada deverá providenciar a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, quando aplicável.

4.8. Os materiais empregados deverão possuir qualidade compatível com as especificações do projeto e atender às normas técnicas e requisitos de desempenho exigidos para cada etapa da execução.

4.9. Os serviços deverão ser executados observando os requisitos de qualidade, segurança, durabilidade, funcionalidade, estabilidade e desempenho esperados para obras e serviços de engenharia.

4.10. A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, fornecendo aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs necessários à execução dos serviços.

4.11. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma a minimizar transtornos à população, ao tráfego de veículos e ao funcionamento dos serviços públicos eventualmente afetados pelas intervenções.

4.12. A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para preservação do meio ambiente, controle de resíduos, prevenção de processos erosivos e mitigação dos impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

4.13. Durante toda a execução do contrato, a empresa deverá manter válidas e regulares as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas no procedimento licitatório.

4.14. Os serviços deverão observar integralmente os quantitativos, métodos executivos, critérios de medição e padrões de qualidade estabelecidos nos documentos técnicos da contratação.

4.15. A contratada deverá disponibilizar estrutura operacional suficiente para atendimento simultâneo das demandas previstas,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

4.16. A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, sustentabilidade, segurança e interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

4.17. Considerando a relevância técnica, operacional e financeira do empreendimento, os serviços deverão ser executados por empresa que demonstre experiência compatível com obras e serviços de engenharia de características semelhantes, observadas as exigências de qualificação técnica estabelecidas no Edital e em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

05 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Base legal: Art. 18, §1º, II da Lei nº 14.133/2021.

5.1. A execução do objeto compreenderá a prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, em conformidade com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos que compõem o processo licitatório.

5.2. Os serviços serão executados sob demanda da Administração Municipal, observando as ordens de serviço emitidas pela fiscalização e as prioridades definidas pelo órgão contratante.

5.3. A contratada deverá mobilizar equipe técnica, equipamentos, máquinas, veículos, ferramentas e demais recursos necessários para execução integral dos serviços contratados.

5.4. A execução deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, especificações dos órgãos competentes, legislação aplicável e boas práticas de engenharia.

5.5. Os serviços poderão contemplar, dentre outros, atividades relacionadas à mobilização e instalação de canteiro de obras, terraplenagem, drenagem, escavações, movimentação de terra, pavimentação, recuperação de pavimentos, execução de meios-fios, passeios, dispositivos de acessibilidade, contenções, sinalização viária e demais intervenções necessárias à melhoria da infraestrutura viária municipal.

5.6. A contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido na Ordem de Serviço emitida pela Administração, observando os cronogramas definidos para cada intervenção.

5.7. Todos os materiais empregados deverão atender às especificações técnicas constantes dos projetos e documentos da



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

contratação, sendo vedada a utilização de materiais de qualidade inferior ou em desacordo com as exigências estabelecidas.

5.8. A contratada deverá manter no local da execução responsável técnico legalmente habilitado, garantindo o adequado acompanhamento dos serviços e a observância das normas técnicas aplicáveis.

5.9. A execução dos serviços deverá ser realizada de forma a minimizar impactos sobre a circulação de veículos e pedestres, adotando-se medidas de sinalização, isolamento e segurança necessárias à proteção dos usuários das vias públicas.

5.10. A contratada será responsável pela manutenção da limpeza das áreas de intervenção durante toda a execução dos serviços, bem como pela remoção dos resíduos gerados e sua destinação ambientalmente adequada.

5.11. Os serviços executados estarão sujeitos à fiscalização permanente da Administração, que poderá determinar correções, adequações ou refazimento de etapas executadas em desacordo com os projetos, especificações ou normas técnicas.

5.12. Os serviços somente serão considerados concluídos após a verificação da conformidade pela fiscalização e emissão do respectivo termo de recebimento.

5.13. A contratada responderá integralmente pela qualidade, estabilidade, segurança e durabilidade dos serviços executados, nos termos da legislação vigente.

5.14. Eventuais alterações necessárias durante a execução deverão ser previamente analisadas e autorizadas pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

5.15. A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, segurança, sustentabilidade e interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a obtenção dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

5.16. O prazo de execução observará o cronograma físico-financeiro integrante do processo licitatório, contado a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo sofrer ajustes devidamente justificados e autorizados pela Administração, na forma da legislação vigente.

06 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Base legal: Art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão especialmente designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.2. A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela autoridade competente, responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, controle dos prazos, monitoramento das obrigações assumidas e adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

6.3. A fiscalização contratual será realizada por profissional ou equipe técnica designada pela Administração, competindo-lhe acompanhar a execução dos serviços, verificar a conformidade com os projetos, especificações técnicas, cronogramas e demais documentos contratuais.

6.4. O gestor e o fiscal do contrato deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias para correção de falhas, irregularidades ou descumprimentos identificados.

6.5. A contratada deverá atender prontamente às determinações emitidas pela fiscalização, fornecendo todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários ao acompanhamento da execução dos serviços.

6.6. A fiscalização terá livre acesso aos locais de execução dos serviços, podendo realizar inspeções, medições, verificações técnicas e demais procedimentos necessários à avaliação da conformidade dos trabalhos executados.

6.7. A contratada deverá manter responsável técnico habilitado durante toda a execução contratual, assegurando interlocução permanente com a fiscalização da Administração.

6.8. O acompanhamento da execução compreenderá, entre outros aspectos:

6.8.1. Verificação do cumprimento do cronograma físico-financeiro;

6.8.2. Controle dos quantitativos efetivamente executados;

6.8.3. Fiscalização da qualidade dos serviços executados;

6.8.4. Verificação da conformidade dos materiais empregados;

6.8.5. Controle da utilização dos equipamentos previstos para execução dos serviços;

6.8.6. Acompanhamento do cumprimento das normas de segurança do trabalho;

6.8.7. Verificação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e ambientais;

6.8.8. Controle das medições e dos pagamentos contratuais;

6.8.9. Registro das ocorrências, notificações e determinações expedidas durante a execução contratual.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.9. A Administração poderá determinar a realização de ensaios, testes, verificações técnicas e controles tecnológicos necessários à comprovação da qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados.

6.10. Constatadas falhas, defeitos, vícios construtivos, serviços executados em desacordo com os projetos ou qualquer irregularidade contratual, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.11. As medições dos serviços executados serão realizadas pela fiscalização contratual, observando os quantitativos efetivamente executados, os critérios estabelecidos na planilha orçamentária e as disposições previstas no contrato.

6.12. O atesto das medições e documentos fiscais ficará condicionado à verificação da regular execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações contratuais pela contratada.

6.13. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, estabilidade, adequação técnica e perfeita execução dos serviços contratados.

6.14. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal do contrato serão submetidas à autoridade competente para adoção das providências cabíveis.

6.15. A gestão e fiscalização contratual observarão os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público, transparência e continuidade dos serviços públicos, garantindo que a execução dos serviços de engenharia atenda integralmente aos objetivos da contratação e às necessidades do Município de Quijingue/BA.

07 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.1. A medição dos serviços será realizada de acordo com os quantitativos efetivamente executados pela contratada, observando-se rigorosamente os projetos, especificações técnicas, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes do contrato.

7.2. As medições serão efetuadas pela fiscalização designada pela Administração, mediante verificação dos serviços executados no período correspondente, observando os critérios estabelecidos nos documentos técnicos da contratação.

7.3. Somente serão considerados para fins de medição os serviços efetivamente executados, aceitos pela fiscalização e em conformidade com as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições contratuais.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.4. A contratada deverá apresentar à fiscalização, para análise e conferência, a memória de cálculo dos serviços executados, acompanhada dos documentos técnicos, relatórios, registros fotográficos e demais elementos comprobatórios que venham a ser exigidos.

7.5. A fiscalização poderá realizar inspeções, levantamentos, medições de campo, ensaios tecnológicos e demais verificações necessárias à confirmação dos quantitativos executados.

7.6. Os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização não serão medidos nem pagos até sua regularização.

7.7. As medições ocorrerão conforme cronograma físico-financeiro ou periodicidade definida pela Administração, observando a natureza e o andamento da execução contratual.

7.8. Após a aprovação da medição pela fiscalização, a contratada deverá emitir a correspondente Nota Fiscal/Fatura para fins de liquidação da despesa.

7.9. O pagamento será efetuado de acordo com os serviços efetivamente medidos, executados e aceitos pela Administração.

7.10. A liquidação da despesa ficará condicionada à apresentação da documentação exigida pela legislação vigente e à comprovação da regular execução dos serviços contratados.

7.11. Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidos pela legislação aplicável, quando cabível.

7.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa e do recebimento da documentação devidamente atestada pela fiscalização, observadas as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. Os pagamentos serão realizados mediante transferência bancária para conta de titularidade da contratada indicada nos autos do processo.

7.14. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação, irregularidade na execução contratual, descumprimento de obrigações assumidas ou ausência da documentação exigida para processamento da despesa.

7.15. A Administração poderá promover as retenções tributárias legalmente previstas, observando a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

7.16. Em caso de atraso de pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, os valores devidos poderão ser atualizados na forma da legislação vigente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.17. O pagamento não implica aceitação definitiva dos serviços executados nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança, estabilidade e conformidade técnica do objeto contratado.

7.18. As medições e pagamentos observarão os princípios da transparência, economicidade, eficiência, controle e boa gestão dos recursos públicos, garantindo que os desembolsos ocorram exclusivamente em razão dos serviços efetivamente executados e devidamente aprovados pela fiscalização.

7.19. Os pagamentos obedecerão à ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

08 - RECEBIMENTO DO OBJETO:

Base legal: Art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

8.1. O recebimento do objeto será realizado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando-se os procedimentos de recebimento provisório e definitivo aplicáveis às obras e serviços de engenharia.

8.2. O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão dos serviços ou de etapas executivas passíveis de medição e aceitação, mediante inspeção da fiscalização designada pela Administração.

8.3. O recebimento provisório terá por finalidade verificar a conformidade dos serviços executados com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos contratuais.

8.4. Durante o recebimento provisório serão avaliados, dentre outros aspectos:

8.4.1. A conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações técnicas;

8.4.2. A qualidade dos materiais empregados;

8.4.3. O atendimento às normas técnicas aplicáveis;

8.4.4. A funcionalidade e desempenho dos serviços executados;

8.4.5. O cumprimento das exigências de segurança e acessibilidade, quando aplicáveis;

8.4.6. A adequação dos quantitativos efetivamente executados.

8.5. Constatadas falhas, defeitos, vícios, imperfeições ou serviços executados em desacordo com as exigências contratuais, a contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.6. Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela contratada, às suas expensas, dentro do prazo estabelecido pela Administração.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

8.7. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva dos serviços executados nem afasta a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança, estabilidade e desempenho do objeto contratado.

8.8. Após a correção de eventuais pendências e a verificação da plena conformidade dos serviços executados, será promovido o recebimento definitivo do objeto.

8.9. O recebimento definitivo ocorrerá mediante emissão de termo circunstanciado pela Administração, após a constatação de que os serviços foram executados de acordo com todas as exigências técnicas e contratuais.

8.10. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez, segurança, qualidade e durabilidade dos serviços executados, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

8.11. A Administração poderá exigir a realização de testes, ensaios, verificações técnicas, controles tecnológicos e demais procedimentos necessários para comprovação da qualidade dos serviços executados.

8.12. A emissão do termo de recebimento definitivo ficará condicionada ao cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive quanto à entrega de documentos técnicos, relatórios, projetos "as built", manuais, laudos, ARTs, RRTs e demais documentos exigidos para encerramento da execução contratual, quando aplicáveis.

8.13. Os serviços somente serão considerados integralmente recebidos após a emissão do respectivo termo de recebimento definitivo pela Administração.

8.14. O recebimento do objeto observará os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, segurança, interesse público e adequada aplicação dos recursos públicos, assegurando que os serviços de engenharia atendam integralmente às necessidades da Administração Municipal e aos objetivos da contratação.

8.15. O recebimento provisório e definitivo será formalizado nos autos do processo administrativo, servindo de fundamento para liquidação da despesa, pagamento dos serviços executados e encerramento das obrigações contratuais, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

09 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Base legal: Art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.1.1. Com base no Decreto Municipal Nº 81, de 10 de fevereiro de 2024, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito do município de Quijingue, artigo 8º "Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação dos BENEFICIADOS nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)."

9.2. Modalidade de Licitação

9.2.1. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Critério de Julgamento

9.3.1. O critério de julgamento adotado será o de: **MENOR PREÇO POR LOTE**. A proposta deverá considerar todos os custos diretos e indiretos.

9.4 Justificativa do Critério de Julgamento

9.4.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de:

9.4.1.1. Necessidade de execução integrada do objeto;

9.4.1.2. Interdependência técnica entre os componentes do sistema;

9.4.1.3. Responsabilidade única da contratada;

9.4.1.4. Maior eficiência na execução;

9.4.1.5. Inviabilidade técnica do parcelamento;

9.4.1.6. Obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.5. Modo de Disputa

9.5.1. Será adotado o modo de disputa: **ABERTO**, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Justificativa do Modo de Disputa

9.6.1. O modo de disputa aberto foi escolhido por:

9.6.1.1. Proporcionar maior competitividade;

9.6.1.2. Permitir transparência no processo licitatório;

9.6.1.3. Possibilitar a obtenção de melhor propostas por meio de lances sucessivos.

9.7. Participação dos Licitantes

9.7.1. Poderão participar do certame empresas que:

9.7.1.1. Atuem no ramo compatível com o objeto;

9.7.1.2. Atendam às exigências do edital;

9.7.1.3. Comproven capacidade técnica e regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10 - EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

Base legal: Art. 66, Art. 67, Art. 68, Art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

10.1.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua habilitação jurídica, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020.

10.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.2. Documento de Identificação do Representante Legal

10.2.1. A Administração poderá, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documento oficial de identificação com foto do titular, sócio ou representante legal da licitante, com o objetivo de verificar a legitimidade da representação.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.2.2. A ausência do documento de identificação não implicará, por si só, a inabilitação da licitante, podendo ser suprida mediante diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.3. Serão considerados documentos oficiais de identificação, dentre outros:

- ✓ Carteira de Identidade (RG);
- ✓ Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ✓ Carteira profissional expedida por conselho de classe;
- ✓ Passaporte.

10.2.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.5. Disposições Gerais

a) Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência e compatíveis com o objeto da licitação;

b) A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada por meio de documentos eletrônicos, quando admitido pelo instrumento convocatório;

c) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido não implicará, automaticamente, a inabilitação do licitante, podendo ser sanada mediante diligência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

d) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação, nos termos do Art. 15 da Lei nº 14.133/2021, considerando o porte e a complexidade do objeto, plenamente executável por empresas individualmente.

e) A vedação se justifica em razão da natureza técnica e integrada do objeto, que exige responsabilidade operacional direta, coordenação executiva unificada, gestão centralizada de engenharia e execução contínua das atividades críticas, de modo que a participação consorciada poderá comprometer a padronização técnica, a segurança da execução e a responsabilidade contratual.

10.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista.

10.3.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista, mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos da legislação vigente:

10.3.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

10.3.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, negativa ou positiva com efeitos de negativa.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.3.1.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;

10.3.1.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

10.3.1.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.3.1.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade.

10.3.1.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou ainda Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2. Disposições Gerais

a) As certidões deverão estar válidas na data da sessão pública do certame;

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, na forma da lei;

c) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista poderá observar o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na legislação.

10.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

10.4.1. Para fins de habilitação no procedimento licitatório, os licitantes deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira, visando demonstrar capacidade para assumir as obrigações decorrentes da contratação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

10.4.1.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.4.1.2. Certidões negativas de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedidas pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitas Certidões com mais de 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização desta licitação, apenas consideradas para esse fim, aquelas que não têm prazo de validade próprio - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.4.1.3. Certidão Simplificada, emitida pela junta Comercial da sede da empresa licitante, com data de emissão não anterior a 30 (trinta) dias da data da licitação.

10.4.1.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, comprovando:

10.4.1.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG);

10.4.1.4.2. Liquidez Corrente (LC);

10.4.1.4.3. Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.4.1.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.4.1.6. Os Microempreendedores Individuais – MEI ficam dispensados da apresentação de balanço patrimonial, nos termos da legislação vigente.

10.4.1.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.4.1.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.4.1.9. A boa situação financeira do licitante será comprovada com a apresentação de Declaração contendo as Demonstrações Contábeis transcritas do instrumento próprio, completando-se com a indicação e assinaturas do titular ou de representante legal da empresa e do profissional da contabilidade legalmente habilitado de forma digital com base no Art. 69, I e § 1º da Lei Nº 14.133/2021 e artigo 1184, inciso II do Código Civil para Demonstrações que possuam mais de 90 (noventa) dias após o registro no Órgão competente, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial.

10.4.2. Disposições Gerais

a) Os documentos deverão estar válidos e compatíveis com o objeto da contratação, na data da sessão pública;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

b) Será admitida a apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, quando prevista em lei;

c) A exigência de qualificação econômico-financeira observará os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, não sendo admitidas exigências excessivas ou desnecessárias;

d) A ausência ou irregularidade de qualquer documento exigido implicará a inabilitação do licitante, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.5. Qualificação Técnica:

10.5.1. A comprovação da qualificação técnica será realizada mediante apresentação de documentos que demonstrem aptidão da licitante para execução de atividades compatíveis com o objeto da contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.2. A licitante deverá apresentar **Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional**, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Operacional ou documento equivalente admitido pela legislação vigente, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

10.5.3. Para fins de demonstração da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá comprovar experiência anterior na execução de serviços de infraestrutura viária compatíveis com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, mediante apresentação de atestado(s) contemplando, no mínimo, os seguintes serviços:

a) Execução de pavimento em paralelepípedos, rejuntamento com argamassa traço 1:3 (cimento e areia);

b) Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico (CBUQ);

c) Execução de pavimento em piso intertravado;

d) Remoção e reassentamento de paralelepípedos;

e) Regularização de subleito;

f) Execução de base e/ou sub-base para pavimentação;

g) Execução de revestimento primário com material de jazida;

h) Fornecimento e instalação de tubos PEAD para drenagem;

i) Execução de serviços de drenagem pluvial.

10.5.4. Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica da licitante, desde que os documentos apresentados permitam verificar a compatibilidade entre os serviços executados e o objeto da contratação.

10.5.5. Os atestados apresentados deverão conter, no mínimo:

a) Identificação da pessoa jurídica emitente;

b) Identificação da empresa executora;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

- c) Descrição detalhada dos serviços executados;
- d) Quantitativos executados;
- e) Período de execução;
- f) Local de execução dos serviços;
- g) Manifestação expressa quanto ao cumprimento satisfatório das obrigações assumidas.

10.5.6. A Administração poderá promover diligências para confirmação das informações constantes nos documentos apresentados, inclusive junto aos emitentes dos atestados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.7. As exigências de qualificação técnica observarão os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, vedadas exigências excessivas que possam restringir indevidamente a ampla participação no certame.

10.5.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia dos contratos, medições, termos de recebimento, notas fiscais, ARTs, CATs, relatórios técnicos, endereço atual da contratante e local de execução dos serviços, dentre outros documentos.

10.5.9. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os atestados deverão demonstrar experiência compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação, observando-se o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

10.5.10. Considerando a complexidade e relevância dos serviços de infraestrutura viária previstos na contratação, os quantitativos mínimos exigidos para comprovação da capacidade técnico-operacional poderão corresponder a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, em conformidade com o art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União.

10.5.11. A Administração poderá solicitar documentos complementares destinados à verificação da autenticidade, legitimidade e compatibilidade técnica das informações apresentadas, observando as disposições do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Base legal: Arts. 92, 117 e 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.1. Executar os serviços de engenharia em estrita conformidade com os projetos, especificações técnicas, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, normas técnicas aplicáveis e demais documentos integrantes do contrato.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.2. Disponibilizar mão de obra qualificada, equipamentos, máquinas, veículos, ferramentas, materiais e demais recursos necessários à perfeita execução do objeto contratado.

11.3. Manter responsável técnico devidamente habilitado durante toda a execução contratual, responsabilizando-se pela condução técnica dos serviços.

11.4. Providenciar e manter atualizadas as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs referentes aos serviços executados.

11.5. Executar os serviços observando rigorosamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, legislação aplicável e boas práticas de engenharia.

11.6. Cumprir integralmente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro e nas ordens de serviço emitidas pela Administração.

11.7. Corrigir, reparar, reconstruir ou refazer, às suas expensas, os serviços executados com vícios, defeitos, falhas, incorreções ou em desacordo com as especificações contratuais.

11.8. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança, estabilidade, durabilidade e desempenho dos serviços executados.

11.9. Fornecer todos os materiais necessários à execução dos serviços, observando as especificações técnicas previstas nos documentos da contratação.

11.10. Submeter previamente à aprovação da fiscalização qualquer alteração de método executivo, material ou procedimento técnico que venha a ser necessária durante a execução contratual.

11.11. Manter os locais de execução devidamente sinalizados, isolados e protegidos, adotando todas as medidas necessárias para garantir a segurança dos trabalhadores e da população.

11.12. Cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho, fornecendo aos seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs exigidos pela legislação vigente.

11.13. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, securitários e demais obrigações decorrentes da execução contratual.

11.14. Responder pelos danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia durante a execução dos serviços.

11.15. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

11.16. Permitir e facilitar o acesso da fiscalização aos locais de execução dos serviços, prestando todas as informações, esclarecimentos e documentos solicitados.

11.17. Atender prontamente às determinações emitidas pela fiscalização e pelos gestores do contrato.

11.18. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução dos serviços ou o cumprimento dos prazos contratuais.

11.19. Realizar a adequada destinação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, observando a legislação ambiental vigente.

11.20. Adotar medidas destinadas à prevenção de danos ambientais, processos erosivos, assoreamentos, contaminações e demais impactos decorrentes da execução dos serviços.

11.21. Arcar com todas as despesas relacionadas à mobilização e desmobilização de pessoal, equipamentos, máquinas, materiais, transporte, combustível, alimentação, hospedagem e demais custos necessários à execução contratual.

11.22. Elaborar e apresentar, quando solicitado pela Administração, relatórios técnicos, registros fotográficos, boletins de medição, memórias de cálculo, laudos, ensaios tecnológicos e demais documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

11.23. Responsabilizar-se pela guarda, conservação e utilização adequada dos equipamentos, materiais e instalações utilizados na execução dos serviços.

11.24. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem prévia autorização da Administração, observadas as disposições legais e contratuais.

11.25. Executar os serviços observando os princípios da eficiência, economicidade, qualidade, segurança, sustentabilidade e interesse público, garantindo a plena satisfação das necessidades da Administração Municipal.

11.26. Entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de funcionamento, segurança e utilização, acompanhados da documentação técnica exigida para recebimento do objeto.

11.27. Cumprir integralmente todas as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, do Edital, deste Termo de Referência, dos projetos, da proposta apresentada e do contrato administrativo celebrado com o Município de Quijingue/BA.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Base legal: Arts. 92, 117 e 141 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, os projetos, as especificações técnicas, o Edital, este Termo de Referência e a proposta apresentada.

12.2. Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa executar os serviços de acordo com as exigências estabelecidas na contratação.

12.3. Designar gestor e fiscal do contrato para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução dos serviços, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a conformidade dos trabalhos realizados com os projetos, especificações técnicas, cronogramas e demais documentos contratuais.

12.5. Fiscalizar a qualidade dos serviços executados, dos materiais empregados e o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

12.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis, projetos ou demais exigências contratuais.

12.7. Determinar a correção, reparação, reconstrução ou substituição dos serviços executados com defeitos, falhas, vícios ou desconformidades identificadas pela fiscalização.

12.8. Emitir as Ordens de Serviço necessárias ao início e desenvolvimento da execução contratual.

12.9. Disponibilizar à contratada os documentos técnicos necessários à execução dos serviços, incluindo projetos, memoriais, especificações, planilhas e demais elementos que compõem a contratação.

12.10. Prestar os esclarecimentos e informações necessários à adequada execução contratual sempre que solicitados pela contratada.

12.11. Registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução dos serviços, adotando as providências administrativas cabíveis.

12.12. Aplicar as penalidades previstas na legislação e no contrato quando constatado descumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

12.13. Realizar as medições dos serviços efetivamente executados, por intermédio da fiscalização designada pela Administração.

12.14. Conferir, analisar e atestar os boletins de medição, relatórios técnicos, memórias de cálculo, notas fiscais e demais documentos necessários à liquidação da despesa.

12.15. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, observadas as condições estabelecidas no contrato e as disposições do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12.16. Promover as retenções tributárias legalmente exigidas, quando aplicáveis.

12.17. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas durante a execução contratual.

12.18. Adotar as providências necessárias para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando presentes os pressupostos legais.

12.19. Receber provisória e definitivamente os serviços executados, após verificação da conformidade com as exigências técnicas e contratuais.

12.20. Exigir o cumprimento das normas de segurança do trabalho, proteção ambiental e demais exigências legais aplicáveis à execução dos serviços.

12.21. Assegurar à contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa nos procedimentos administrativos que possam resultar na aplicação de sanções.

12.22. Manter arquivados e organizados os documentos relacionados à contratação, fiscalização, medição, pagamento e recebimento dos serviços.

12.23. Adotar todas as providências administrativas necessárias ao adequado acompanhamento da execução contratual, buscando assegurar a qualidade dos serviços, a eficiência da contratação e a proteção do interesse público.

12.24. Cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

12.25. Zelar pela adequada execução do contrato, promovendo as ações necessárias para que os serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA alcancem os resultados pretendidos pela Administração Municipal.

13 - GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Base legal: Arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021.

13.1. Exigência da Garantia

13.1.1. Poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo ser elevada até 10% (dez por cento), mediante justificativa técnica.

13.2. Modalidades de Garantia

13.2.1. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

13.2.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

13.2.1.2. Seguro-garantia;

13.2.1.3. Fiança bancária.

13.3. Escolha da Modalidade

13.3.1. A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

13.4. Prazo para Apresentação

13.4.1. A garantia deverá ser apresentada:

13.4.1.1. Até a assinatura do contrato, no caso de seguro-garantia;

13.4.1.2. Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, nas demais modalidades.

13.5. Vigência da Garantia

13.5.1. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato, sendo liberada após o cumprimento integral das obrigações assumidas.

13.6. Execução da Garantia

13.6.1. A garantia poderá ser utilizada para:

13.6.1.1. Ressarcimento de prejuízos causados à Administração;

13.6.1.2. Pagamento de multas contratuais;

13.6.1.3. Cobertura de inadimplemento das obrigações contratuais.

13.7. Disposições Complementares

13.7.1. As condições detalhadas relativas à prestação, manutenção, utilização e eventual execução da garantia serão disciplinadas no contrato administrativo.

14 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Base legal: Art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Disposições Gerais

14.1.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou pelo descumprimento das obrigações assumidas, a contratada ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Sanções Aplicáveis

14.2.1. Poderão ser aplicadas à contratada as seguintes sanções:

14.2.1.1. Advertência;

14.2.1.2. Multa;

14.2.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a administração pública;

14.2.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3 Multas



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

14.3.1. A contratada estará sujeita à aplicação de multas, nos seguintes termos:

14.3.1.1. Multa de mora, em caso de atraso injustificado na execução do objeto;

14.3.1.2. Multa compensatória, em caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.3.2. Os percentuais e condições de aplicação serão definidos no contrato administrativo.

14.4. Impedimento de Licitar e Contratar

14.4.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 3 (três) anos.

14.5. Declaração de Inidoneidade

14.5.1. A declaração de inidoneidade será aplicada nos casos previstos no art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

14.6. Procedimento

14.6.1. A aplicação das sanções observará:

14.6.1.1. Instauração de processo administrativo;

14.6.1.2. Garantia do contraditório e da ampla defesa;

14.6.1.3. Motivação da decisão administrativa.

14.7 Registro das Penalidades

14.7. As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores, conforme legislação vigente.

15 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

15.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em orçamento detalhado, composto por planilha orçamentária, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e composição do BDI, observando os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Para formação dos preços foram utilizadas referências oficiais de mercado e sistemas reconhecidos na área de engenharia, incluindo composições oriundas do **SINAPI, SICRO/DNIT, ORSE, SUDECAP, SETOP e EMBASA**, assegurando compatibilidade com os preços praticados para obras e serviços de infraestrutura viária.

15.3. O orçamento contempla todos os serviços necessários à execução do objeto, abrangendo instalação da obra, ensaios tecnológicos, sondagens, demolições, remoções, movimentação de terra, drenagem, pavimentação, obras complementares, contenções,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

sinalização viária e demais intervenções necessárias à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município.

15.4. As composições de custos unitários foram elaboradas com base em referências técnicas oficiais, considerando custos de mão de obra, equipamentos, materiais, transporte, encargos e demais insumos necessários à execução dos serviços.

15.5. Para composição dos preços foi adotado **BDI de 24,23%**, correspondente ao terceiro quartil dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União – TCU para obras de infraestrutura, contemplando Administração Central (AC), Seguro e Garantia (SG), Risco (R), Despesas Financeiras (DF), Lucro (L) e tributos incidentes, conforme demonstrativo constante dos autos.

15.6. O valor global estimado da contratação corresponde a **R\$ 17.211.469,39 (dezessete milhões, duzentos e onze mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, conforme planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro integrantes do processo administrativo.

15.7. O cronograma físico-financeiro prevê execução dos serviços ao longo de **12 (doze) meses**, com desembolso financeiro compatível com a evolução física da obra, permitindo adequado planejamento da execução e da gestão orçamentária do contrato.

15.8. A estimativa realizada reflete os preços praticados pelo mercado para serviços de natureza semelhante, constituindo parâmetro para análise da aceitabilidade das propostas, aferição da vantajosidade da contratação e verificação da exequibilidade dos preços ofertados pelos licitantes.

15.9. Os quantitativos e valores constantes do orçamento possuem caráter estimativo, podendo sofrer adequações decorrentes de ajustes técnicos, medições de campo, revisões de projeto ou necessidades supervenientes, observadas as hipóteses legalmente admitidas pela Lei nº 14.133/2021.

15.10. Diante dos levantamentos realizados, conclui-se que o valor estimado apresenta compatibilidade com os serviços previstos, com os quantitativos projetados e com os preços referenciais adotados, demonstrando a viabilidade econômica da contratação e fornecendo suporte adequado para a realização do procedimento licitatório.

16 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Base legal: Art. 7º da Lei nº 14.133/2021.

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade	Projeto Atividade	Elemento Despesa	Fonte Pagadora
----------------	------------------------------	-----------------------------	---------------------------



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

0201 Secretaria de Governo	2057 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Governo	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000 Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2027 Manutenção e Desenvolvimento do EJA 2028	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	<p>Manutenção do Transporte Escolar 2045</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil-Pré-Escola 2046</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 2061</p> <p>Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil-Creche</p>		<p>e Transferências de Impostos 15420000</p> <p>Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000</p> <p>Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR 15500000</p> <p>Transferência do Salário Educação 15530000</p> <p>Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000</p> <p>Recursos de Precatórios do FUNDEF</p>
0601 Secretaria de Saúde	<p>2006</p> <p>Gestão das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde 2014</p> <p>Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde 2017</p> <p>Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família 2018</p> <p>Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e</p>	<p>3.3.90.39.00</p> <p>Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00</p> <p>Obras e Instalações</p>	<p>15001002</p> <p>Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual</p>



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052 Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020 Manutenção de Vigilância Sanitária		
0701 Secretaria Infraestrutura e Serviços Públicos	2015 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17040000 Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
0801	2055	3.3.90.39.00	15000000



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	Recursos não vinculados de Impostos
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz 2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica 2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único 2051 Manutenção do Único Sistema de Assistência Social-IGD/SUAS	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
0803 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	2033 Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros –	15000000 Recursos não vinculados de Impostos



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

		Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	
0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico	2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
1300 Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos	2010 Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 1700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União 1720 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 1721 Transferências da União referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

16.2. As despesas encontram-se compatíveis com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo às exigências legais vigentes.

17 - SUSTENTABILIDADE / IMPACTO AMBIENTAL:

Base legal: art. 18, §1º, XII da lei nº 14.133/2021.

17.1. A execução dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA deverá observar os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da prevenção, da eficiência na utilização dos recursos públicos e da proteção ao meio ambiente, em conformidade com a legislação vigente.

17.2. Durante a execução dos serviços, a contratada deverá adotar medidas destinadas à redução dos impactos ambientais decorrentes das atividades de terraplenagem, drenagem, pavimentação, transporte de materiais, movimentação de equipamentos e demais intervenções previstas no contrato.

17.3. Os resíduos gerados durante a execução dos serviços deverão ser segregados, acondicionados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, observando as disposições da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como as normas ambientais aplicáveis.

17.4. A contratada deverá adotar medidas de controle da emissão de poeira, material particulado, ruídos e vibrações, visando minimizar os impactos sobre a população e sobre as áreas diretamente afetadas pela execução dos serviços.

17.5. Deverão ser adotadas ações voltadas à prevenção de processos erosivos, assoreamento de corpos hídricos, degradação do solo e demais impactos ambientais que possam decorrer da execução das atividades contratadas.

17.6. Os equipamentos, máquinas e veículos utilizados na execução dos serviços deverão estar em adequadas condições de funcionamento e manutenção, buscando reduzir emissões atmosféricas, vazamentos de combustíveis, óleos lubrificantes e demais substâncias potencialmente poluidoras.

17.7. A contratada deverá promover a utilização racional de materiais, insumos, água e energia elétrica, buscando reduzir desperdícios e ampliar a eficiência dos processos construtivos.

17.8. Sempre que tecnicamente viável, deverão ser priorizados materiais e soluções que apresentem maior durabilidade, menor necessidade de manutenção e menor impacto ambiental ao longo de sua vida útil.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

17.9. Os materiais excedentes provenientes de escavações, demolições, limpezas ou demais atividades executivas deverão receber destinação adequada, observadas as exigências dos órgãos ambientais competentes.

17.10. A contratada será integralmente responsável pelo cumprimento da legislação ambiental aplicável às atividades executadas, respondendo por eventuais danos ambientais decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência ou imperícia na execução contratual.

17.11. A contratação apresenta relevantes impactos ambientais positivos, especialmente pela melhoria dos sistemas de drenagem, redução de processos erosivos, recuperação de áreas degradadas, ampliação da segurança viária, melhoria da mobilidade urbana e rural, aumento da acessibilidade e preservação da infraestrutura pública municipal.

17.12. As intervenções previstas contribuirão para a melhoria das condições de circulação de pessoas e mercadorias, redução de custos de manutenção das vias públicas, fortalecimento do transporte escolar, melhoria do acesso aos serviços públicos e promoção do desenvolvimento econômico e social do Município.

17.13. Diante da natureza dos serviços e das medidas mitigadoras previstas, conclui-se que os impactos ambientais negativos decorrentes da execução contratual são temporários, controláveis e passíveis de adequada mitigação, sendo amplamente superados pelos benefícios sociais, econômicos, estruturais e ambientais proporcionados pela melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO:

Base legal: Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

18.1. Em atendimento ao disposto no art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, visando verificar a possibilidade de divisão da contratação sem prejuízo à competitividade, à eficiência da execução e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

18.2. Após avaliação das características do objeto, concluiu-se que o parcelamento da contratação não se mostra tecnicamente recomendável, tendo em vista a natureza integrada dos serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

18.3. Os serviços previstos abrangem atividades interdependentes e complementares, incluindo mobilização de canteiro, terraplenagem, drenagem, pavimentação, recuperação de vias, melhoramento de estradas vicinais, execução de dispositivos de acessibilidade, obras complementares, contenções, proteção de taludes e sinalização viária,



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

exigindo coordenação técnica permanente e execução integrada entre as diversas etapas do empreendimento.

18.4. A eventual fragmentação do objeto em múltiplos lotes ou contratos independentes poderia gerar dificuldades de compatibilização técnica, conflitos de responsabilidade entre executores, aumento dos custos indiretos, sobreposição de atividades, dificuldades de fiscalização e riscos à qualidade final dos serviços executados.

18.5. A contratação integrada em lote único proporciona maior eficiência operacional, melhor gerenciamento da execução, otimização da utilização de equipamentos e equipes, além de permitir adequada compatibilização entre os serviços de drenagem, pavimentação, contenções, obras complementares e sinalização previstos no empreendimento.

18.6. Sob o aspecto econômico, a execução por um único contratado favorece a obtenção de ganhos de escala, redução de custos administrativos, racionalização da mobilização de equipamentos e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

18.7. A adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL** mostra-se compatível com a natureza do objeto, contribuindo para a obtenção de proposta mais vantajosa e para a adequada execução das diversas etapas construtivas previstas.

18.8. Registra-se que o parcelamento não constitui regra absoluta, devendo ser adotado apenas quando demonstrada sua viabilidade técnica e econômica e quando não houver prejuízo ao conjunto da solução pretendida, nos termos do art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021.

18.9. Diante das características do empreendimento, da elevada integração entre os serviços, da necessidade de unidade técnica na execução e da busca pela máxima eficiência administrativa, conclui-se pela **não adoção do parcelamento do objeto**, por ser a contratação global a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública Municipal.

18.10. Dessa forma, resta justificada a contratação em lote único, considerando que tal solução proporciona maior eficiência, economicidade, controle da execução, qualidade dos serviços e atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios e disposições da Lei nº 14.133/2021.

19 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

Base legal: Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

19.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

19.2. A prorrogação contratual estará condicionada à manutenção das condições de habilitação da contratada, à regular execução do objeto e à demonstração de que a continuidade da contratação atende ao interesse público.

19.3. Durante a vigência contratual, os serviços serão executados de forma parcelada, conforme demanda da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo.

19.4. A eventual prorrogação deverá ser formalizada por meio de termo aditivo, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

19.5. O prazo de vigência poderá ser ajustado em conformidade com a natureza contínua do serviço, observadas as disposições legais aplicáveis e os limites estabelecidos na legislação vigente.

19.6. O encerramento do contrato não prejudicará a conclusão dos serviços já iniciados, os quais deverão ser finalizados pela contratada, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

20 – DISPOSIÇÕES FINAIS

Base legal: Lei nº 14.133/2021.

20.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas, constituindo documento integrante da fase preparatória do procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia voltados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

20.2. Os casos omissos eventualmente verificados durante a execução da contratação serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, os princípios da Administração Pública, a jurisprudência dos órgãos de controle e as demais normas aplicáveis.

20.3. A participação no procedimento licitatório implicará plena aceitação das condições estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, nos projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos integrantes da contratação.

20.4. A contratada deverá observar integralmente a legislação federal, estadual e municipal aplicável à execução dos serviços, incluindo normas ambientais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, de segurança do trabalho e de engenharia.

20.5. Eventuais alterações contratuais somente poderão ocorrer nas hipóteses expressamente previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

formalização do respectivo termo aditivo ou instrumento equivalente, quando cabível.

20.6. A Administração poderá promover diligências, inspeções, auditorias, fiscalizações e demais procedimentos de controle durante toda a vigência contratual, visando assegurar a adequada execução do objeto e a correta aplicação dos recursos públicos.

20.7. A contratada permanecerá responsável pela qualidade, segurança, estabilidade, funcionalidade e durabilidade dos serviços executados, nos termos da legislação vigente, mesmo após o recebimento definitivo do objeto.

20.8. Os preços contratados compreenderão todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos sociais, materiais, equipamentos, transportes, tributos, seguros, mobilização, desmobilização, administração local, despesas operacionais e demais custos inerentes ao objeto.

20.9. A execução contratual deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, economicidade, transparência, competitividade, desenvolvimento nacional sustentável e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

20.10. Integram a presente contratação, para todos os fins e efeitos, o Edital, este Termo de Referência, os projetos executivos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, composição do BDI, mapa de riscos, proposta da contratada e demais documentos constantes do processo administrativo.

20.11. A presente contratação será processada e executada em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração e a efetiva melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA.

20.12. Fica consignado que todas as decisões administrativas relacionadas à execução contratual deverão observar os princípios da supremacia do interesse público, da continuidade do serviço público, da motivação dos atos administrativos, da segurança jurídica e da eficiência administrativa.

20.13. Por fim, conclui-se que a presente contratação atende ao interesse público, apresenta viabilidade técnica, operacional e econômica, encontrando-se devidamente fundamentada nos documentos que compõem o Processo Administrativo nº 087/2026, estando apta ao prosseguimento das etapas subsequentes do procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Quijingue/BA, em 03 de junho de 2026.

Alexandre Mota Souza
Secretário Municipal de Infraestrutura

Benjamin Costa Santana
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Chiara Santana Ferreira
Secretária de Administração, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Delma Conceição Silva Rocha
Secretária Municipal de Educação

Tainne Ferreira de Abreu Barreto Nobre
Secretária Municipal de Saúde

Sélia Alves Soares
Secretária Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026
ANEXO III
CARTA DE APRESENTAÇÃO PROPOSTA DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, conforme especificação constante do Termo de Referência do Edital.

Os prazos para cumprimento do objeto são os que se seguem:

a) Prazo de validade da proposta: (.....) dias;

b) Prazo para fornecimento: (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Local e data

Assinatura e carimbo (do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

A

Prefeitura Municipal de Quijingue/BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
E-MAIL:		VALIDADE DA PROPOSTA:
REPRESENTANTE LEGAL:		
DADOS BANCÁRIOS:		

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia destinados à melhoria da infraestrutura viária urbana e rural do Município de Quijingue/BA, compreendendo a execução de serviços de manutenção, recuperação, conservação, requalificação e adequação de vias públicas, incluindo atividades necessárias à melhoria das condições de trafegabilidade, mobilidade, segurança viária e acessibilidade, visando atender ao interesse público e às demandas da Administração Municipal.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal Nº 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						
RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE						
_____				____/____/____		
LOCAL				DATA		
_____ ASSINATURA						

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO V

MODELO DE CREDENCIAL

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

Sr. Pregoeiro,

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº, com sede à, neste ato representado pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador (es) o Senhor (a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, a quem confiro amplos poderes para junto ao Órgão..... praticar todos os atos necessários, relativos ao procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente dando tudo como bom, firme e valioso.

Data e Local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal
(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026
ANEXO VI
DECLARAÇÕES

Ao Ilmo. Sr. Pregoeiro,
Prefeitura Municipal de Quijingue/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

Sr. Pregoeiro,

A signatária _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e CPF Nº _____, DECLARA QUE:

De acordo com o disposto no Inciso VI do art. 68 da Lei Nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Sim () Não ()

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim () Não ()

Que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Sim () Não ()

Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Sim () Não ()

Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Sim () Não ()

Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

Sim () Não ()

- Que a proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, quanto a participar ou não da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Quijingue – Bahia, antes da abertura oficial das propostas;

- Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com o município, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

- Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

- Que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

situação em que se encontra para a realização do fornecimento a que se refere o PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), __ de _____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____

CPF Nº _____

(APRESENTAR NO CREDENCIAMENTO)

EDITAL



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO Nº XX/XXXX

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:

CONTRATANTE: De um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIJINGUE**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, assistido juridicamente pelo Procurador Geral do Município, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Estadual Nº **XXXXXXXXXX**, Inscrição Municipal Nº **XXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXX**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, inscrito no CPF sob o Nº _____, RG n.º _____, podendo ser encontrado(a) no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRÉVIA:

As partes firmam o presente Contrato, decorrente da homologação da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Nº 087/2026 e em observância às disposições da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão supracitado, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, mediante Autorização de Fornecimento emitida pela requisitante, de forma parcelada e contínua.

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

2.1. Como condição para a manutenção deste contrato, a **CONTRATADA** deverá manter, durante todo o período de vigência todas as condições de habilitação exigidas na licitação. A **CONTRATADA** presta garantia para que os produtos sejam entregues conforme as normas legais, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização, no que couber;

2.2. A **CONTRATADA** entregará os demais produtos solicitados no prazo estabelecido e será feito de forma imediata, de acordo com a necessidade do Município, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; A **CONTRATADA** disponibilizará os produtos aos órgãos e entidades participantes através da AFM (Autorização de Fornecimento de Mercadoria), imediatamente, de acordo com os critérios previstos no ato convocatório.

2.3. Os órgãos e entidades solicitarão à **CONTRATADA**, por escrito, através de Autorização de Fornecimento de Material – AFM, e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos licitados de acordo com suas necessidades e respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.

2.4. Na hipótese de o fornecedor convocado não assinar este termo, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente AFM, quando do seu recebimento, a Administração poderá chamar os demais licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação, e propor a convocação do fornecimento dos produtos registrados pelos preços apresentados pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e legislação cabíveis.

2.5. Este contrato estará sujeito às regras previstas na Lei Nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência.

2.5.1. A alteração ou revisão de preços implica em reequilíbrio econômico dos preços das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ, a qual dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

2.5.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do caput do art. 124 e art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/2021, através de termo aditivo unilateral por parte da administração.

2.6. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre as partes pactuantes.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do (a) data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei Nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

3.1. O prazo de vigência da contratação terá o seu início quando da sua assinatura, ou seja, no dia ____/____/____ e seu fim no dia ____/____/____, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Mº 14.133, de 2021.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.1.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4. CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO:

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO:

6.1. Dá-se a este contrato o importe de **R\$ ____ (____)**, pelos serviços executados constantes nos Itens, Anexo II deste contrato, conforme Proposta de Preços apresentada pela **CONTRATADA**, constantes no certame.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

7.1. O prazo para pagamento à contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE:

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do IPCA Amplo, mantido pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a ser solicitados pela **CONTRATADA**, que dependerá de requerimento formal do interessado, quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro dos preços apresentados, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o (s) índice (s) definitivo (s).

8.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

8.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o (s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1. São obrigações do **CONTRATANTE**, além das previstas no Termo de Referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.1.6. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.1.7. Cientificar a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1. A **CONTRATADA**, além das obrigações elencadas no Termo de Referência, deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Nº 8.078, de 1990);

10.1.2. Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. A **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: **1)** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** Certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; **5)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e **6)** Certidão Negativa de Tributos Municipais;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.1.9. Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Nº 14.133, de 2021.

10.1.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

Multa:

I. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

II. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (cinco décimos por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

III. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, § 9º, da Lei Nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada.

Unidade	Projeto Atividade	Elemento Despesa	Fonte Pagadora
0201 Secretaria de Governo	2057 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Governo	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0301 Secretaria Municipal de Administração	2041 Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Administração	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 17060000 Transferência Especial da União 17200000 Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17530000



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

			Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos
0501 Secretaria Municipal de Educação	2025 Gestão das Atividades da Secretaria de Educação 2027 Manutenção e Desenvolvimento do EJA 2028 Manutenção do Transporte Escolar 2045 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil- Pré-Escola 2046 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental 2061 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil- Creche	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15001001 Recurso não Vinculado de Imposto destinado a despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino 15400000 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos 15420000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT 15430000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR 15500000 Transferência do Salário Educação 15530000 Transferências de Recursos do FNDE PNATE 15440000 Recursos de Precatórios do FUNDEF
0601 Secretaria de Saúde	2006 Gestão das Ações Administrativas do	3.3.90.39.00 Outros Serviços de	15001002 Recurso não Vinculado de



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	<p>Fundo Municipal de Saúde 2014</p> <p>Manutenção do Funcionamento das Unidades Básicas de Saúde 2017</p> <p>Manutenção do Funcionamento das Unidades de Saúde da Família 2018</p> <p>Manutenção dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Média e Alta Complexidade 2052</p> <p>Manutenção das Ações de Saúde Mental (CAPS) 2020</p> <p>Manutenção de Vigilância Sanitária</p>	<p>terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00</p> <p>Obras e Instalações</p>	<p>Imposto destinado a despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde 16000000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo do Governo Federal - Bloco de Manutenção 16210000</p> <p>Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual</p>
<p>0701</p> <p>Secretaria Infraestrutura e Serviços Públicos</p>	<p>2015</p> <p>Gestão Administrativa e Operacional da Secretaria Municipal de Infraestrutura</p>	<p>3.3.90.39.00</p> <p>Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00</p> <p>Obras e Instalações</p>	<p>15000000</p> <p>Recursos não vinculados de Impostos 17040000</p> <p>Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais 17060000</p> <p>Transferência Especial da União 17200000</p>



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

			Transferência da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 17500000 Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE
0801 Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Pobreza	2055 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0802 Fundo Municipal de Assistência Social	2034 Manutenção do Programa Primeira Infância/Criança Feliz 2037 Gestão das Ações Administrativas da Secretaria Municipal de Assistência Social 2039 Manutenção dos Serviços de Proteção Especializado 2049 Manutenção da Proteção Básica	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 16600000 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS 16610000 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

	2050 Manutenção do Programa de Bolsa Família e do Cadastro Único 2051 Manutenção do Único Sistema de Assistência Social-IGD/SUAS		
0803 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	2033 Manutenção do Conselho Tutelar	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
0901 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico	2040 Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos
1300 Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos	2010 Recuperação e Manutenção de Estradas Vicinais	3.3.90.39.00 Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica 4.4.90.51.00 Obras e Instalações	15000000 Recursos não vinculados de Impostos 1700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União 1720 Transferência da União referentes



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

			às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997 1721 Transferências da União referentes a Cessão Onerosa de Petróleo - Lei nº 13.885/2019
--	--	--	---

13.2. O pagamento será efetuado mediante entrega dos produtos e emissão da nota fiscal, respeitando os prazos a saber:

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133, de 2021, e demais Normas Federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

16.1. No curso da execução dos serviços, caberá ao **CONTRATANTE**, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições contratuais, promovendo o acompanhamento, a aferição qualitativa e a atestação dos serviços prestados, sem prejuízo da fiscalização exercida pela CONTRATADA.

16.2. A fiscalização e acompanhamento da execução deste contrato será exercida por um representante do **CONTRATANTE**, o (a) Servidor(a) Sr. (ª). **XXXXXXXXXX**, Matrícula Nº **XXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXXXXXX** designado pela **Portaria Municipal Nº XXX/XXXX**, neste ato denominado **FISCAL**, devidamente credenciado pela Administração, ao qual competirá acompanhar as negociações, desde o ato da assinatura deste contrato até o prazo final, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem neste curso, inclusive acompanhar o pagamento (vide cláusula nona), e de tudo dará ciência ao credenciante, conforme Art. 117 da Lei Nº 14.133/2021 e legislação complementar.

16.3. A fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE** não implica em corresponsabilidade sua ou do responsável pelo acompanhamento do contrato, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive por danos que possam ser causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, por qualquer irregularidade decorrente de culpa ou dolo da **CONTRATADA** na execução do contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal Nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei Federal Nº 12.527, de 2011.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Quijingue – Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/21.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Quijingue (BA), ** de ***** de ****.

Prefeitura Municipal de Quijingue

CNPJ sob Nº 13.698.782/0001-26

José Romero Rocha Matos Filho

Representante legal do CONTRATANTE

Fundo Municipal de *** de Quijingue**

CNPJ Nº *****

Gestora Fundo

Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratada



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXX / XXXX

No dia ** de ***** de *****, no **MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, ESTADO DA BAHIA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob nº 13.698.782/0001-26, localizada na Praça Hermógenes Jose Da Silva, S/N – Térreo – Centro, Quijingue - BA, representado neste ato, por seu Prefeito, o Senhor **JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Quijingue - Bahia, **RESOLVE** registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:

CNPJ:

Representante:

Telefone:

Email:

Endereço:

Item	Quantidade	Unidade	Marca	Modelo	Preço Unitário	Valor Total

Total: R\$ *****

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de preço e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de preço é até **/**/****, a contar do dia **/**/****.

CLÁUSULA 1ª - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO E FORMA DE PAGAMENTO:

1.1 - Esta Ata não obriga o MUNICÍPIO DE QUIJINGUE a firmar contratações com o FORNECEDOR, podendo ocorrer licitações específicas para os produtos registrados, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro em igualdade de condições, além de que esta ata de registro de preços consiste em futura e eventual contratação, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.2 - O preço estimado a ser pago ao Fornecedor acima, observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, através de transferência eletrônica em Conta do Credor.

1.3 – Os pagamentos devidos à Fornecedorora serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

Contratado e esteja devidamente atestada a execução contratual, devendo ainda a Nota Fiscal discriminar os percentuais das despesas referentes a insumos e a mão de obra.

1.4 – A conta do Credor deverá ser preferencialmente mantida em instituição financeira idêntica ao do CONTRATANTE.

1.5 – Em caso de impossibilidade do cumprimento do item 1.4, o credor ficará responsável pelas custas das tarifas bancárias em decorrência do pagamento.

1.6 – Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos.

CLÁUSULA 2ª - DO PEDIDO DE FORNECIMENTO:

2.1 - A requisição dos bens ou serviços será formalizada pelo MUNICÍPIO DE QUIJINGUE mediante a emissão de Ordem de Fornecimento, observadas as disposições contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ**.

2.2 - O Fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA 3ª - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria do MUNICÍPIO DE QUIJINGUE, através do seu Setor de Compras, competindo-lhe:

3.2 - Notificar a empresa registrada para o fornecimento dos produtos, após a emissão da Ordem de Fornecimento, informado as quantidades a serem entregues;

3.3 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

CLÁUSULA 4ª - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.

4.2 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.3 - O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.4 - Para fins da ordem de classificação, serão consideradas as propostas finais apresentadas pelos fornecedores, mesmo que aceitem, ao final da licitação, a redução do preço ofertado pelo vencedor.

4.5 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

4.5.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

4.5.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula 15ª; e

4.5.3 – Quando o licitante vencedor não puder atender à demanda apresentada pela Administração.

CLÁUSULA 5ª - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS:

5.1 - Os preços considerados para o fornecimento dos produtos será o preço estabelecido na proposta final apresentada pelo FORNECEDOR, parte integrante deste instrumento.

5.1.1. Os valores totais registrados em Ata são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos às VENCEDORAS dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente entregues.

5.1.2. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao prestador de serviço registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA 6ª - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observadas as condições dispostas na Lei federal Nº 14.133/2021, em especial:

6.1.1 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor;

6.1.2 – Deverá ser apresentada, obrigatoriamente, a justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público.

6.1.3 – A demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

6.2 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

6.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

6.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

6.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 6.1.

6.6 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

6.7 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

6.8 - A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 6.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 7ª - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos e observadas as exigências contidas no art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021.

7.2 - A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços observará o disposto no parágrafo único do art. 84 da Lei federal Nº 14.133/2021, podendo ser alterados, observados os preceitos estabelecidos no art. 124 da mesma Lei.

CLÁUSULA 8ª - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado conforme o disposto na Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:

9.1 - Manter, durante toda a vigência desta Ata, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.2 - Fornecer os bens ou produtos no local de entrega previsto no Edital, acompanhados dos correspondentes termo(s) de garantia.

9.3 - Cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos.

9.4 - Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto do edital.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

9.5 - Como condição para Assinatura de Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;

CLÁUSULA 10ª - DAS OBRIGACOES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE QUIJINGUE:

10.1 - Efetuar o pagamento ao fornecedor de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital.

10.2 - Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados.

10.3 - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.4 - Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital.

CLÁUSULA 11ª - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

11.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de atos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021;

11.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.1.3 - Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021.

11.2 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices estabelecidos no Edital para cada um dos produtos.

11.3 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA 12ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato, Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

CLÁUSULA 13ª – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

13.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Nº 14.133, de 2021.

13.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que o inviabilize preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei federal Nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

13.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.3 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.4 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 14ª – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

14.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

CLÁUSULA 15ª – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS:

15.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

15.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

15.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

15.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento ou no Edital; ou

15.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021.

15.2 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.3 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 15.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

15.4 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

15.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

15.5.1 - Por razão de interesse público;

15.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

15.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do quanto disposto neste instrumento.

CLÁUSULA 16ª – DO FORO

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Euclides da Cunha – Bahia, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSÉ ROMERO ROCHA MATOS FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026
ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE VISITA

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº **PE028/2026PMQ**, que a empresa ***** , através do Engenheiro/Arquiteto ***** , CREA/XX Nº ****, tomou conhecimento das condições atuais do local onde será executada a obra em epígrafe.

(Município sede da empresa), ____ de ____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)
Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE
CNPJ Nº 13.698.782/0001-26
Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026
ANEXO X
DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL, que a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Srº (ª) _____, portador da Carteira de Identidade Nº _____ e do CPF Nº _____, DECLARA que o Senhor _____, (brasileiro, maior, capaz, engenheiro civil), portador do registro Nº _____ no CREA- _____ é integrante do seu QUADRO PERMANENTE na qualidade de _____, em anexo, situação essa pela qual o mesmo aceita participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº **PE028/2026PMQ**, na qualidade de Responsável Técnico.

(Município sede da empresa), _____ de _____ de _____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa
(Cargo/Função)

Doc. de Identidade Nº _____
CPF Nº _____

CONCORDO em Participar do PREGÃO ELETRÔNICO Nº **PE028/2026PMQ**, na qualidade de RESPONSÁVEL TÉCNICO.

(Nome do profissional)
Registro nº _____/D – CREA-_____

Observação: Este documento deverá ser **assinado eletronicamente**, por meio de certificado digital válido (ICP-Brasil) ou outro meio de comprovação de autoria e integridade admitido pela legislação, possibilitando a verificação da sua autenticidade e veracidade.

A ausência de assinatura eletrônica válida poderá ensejar a desconsideração do documento, ressalvada a possibilidade de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de QUIJINGUE

CNPJ Nº 13.698.782/0001-26

Rua Hermógenes José da Silva, s/n, Centro, CEP: 48.830-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE028/2026PMQ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2026

ANEXO VIII

APÊNDICE

EDITAL

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
OBRA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL						SUDECAP (ONERADO) - ABRIL 2025 SETOP (S/ DESONERAÇÃO) - ABRIL 2025 SINAPI (C/ DESONERAÇÃO) - DEZ 2025 SICRO DNIT - OUTUBRO 2025 DER/ES - OUTUBRO 2024 / ORSE - NOV 2025			
LOCAL: QUIJINGUE / BA					DATA:	fev/25	BDI	24,23% (3º Quartil TCU)	
ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR SEM BDI	VALOR COM BDI	TOTAL	VALOR SEM BDI
1,00			INSTALAÇÃO DA OBRA						
1.1			PLACA DE OBRA AFIXADA COM PEÇAS DE MADEIRA						
1.1.1	SINAPI	103689	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	m²	58,00	443,79	551,32	31.976,58	443,79
1.2			TAPUME PADRAO SUDECAP (TIPO I, II E III)						
1.2.1	SINAPI	98459	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m	600,00	90,06	111,88	67.128,92	90,06
1.2.2	SINAPI	98458	TAPUME COM COMPENSADO DE MADEIRA. AF_03/2024	m	100,00	97,86	121,57	12.157,15	97,86
1.3			CONTAINER 6,0X2,30X2,82 M COM ISOLAMENTO TERMICO						
1.3.2	SINAPI	10775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO)	mês	12,00	1.933,50	2.401,99	28.823,84	1.933,50
1.3.3	SINAPI	10779	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, P/ SANITARIO, C/ 5 BACIAS, 1 LAVATORIO E 4 MICTORIOS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO) (PARA VESTIAIRIO)	mês	12,00	2.416,87	3.002,48	36.029,73	2.416,87
1.3.4	SINAPI	10775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO) (PARA REFEITORIO)	mês	12,00	1.933,50	2.401,99	28.823,84	1.933,50
1.3.5	SINAPI	10775	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO, COMPLETO, SEM DIVISORIAS INTERNAS (NAO INCLUI MOBILIZACAO/DESMOBILIZACAO) (PARA DEPOSITO DE FERRAMENTA COM LAVATORIO)	mês	12,00	1.933,50	2.401,99	28.823,84	1.933,50
1.3.11	ORSE	8705	FOSSA SÉPTICA EM CONCRETO ARMADO DIMENSÕES INTERNAS 2,00 X 4,00 X 1,50 M	und	5,00	31.527,74	39.166,91	195.834,56	31.527,74
1.3.12	EMBASA	16.92.00	CAIXA DAGUA 1000l	und	5,00	560,43	696,22	3.481,11	560,43
1.4			BANHEIRO QUIMICO						
1.4.1	ORSE	10390	ALUGUEL DE BANHEIRO QUÍMICO, COM LIMPEZAS DIÁRIAS	mês	12,00	669,02	831,12	9.973,48	669,02
1.5			SINALIZAÇÃO						
1.5.1	SINAPI	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	m2	20,00	400,00	496,92	9.938,40	400,00
1.5.5	SINAPI	34498	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	und	300,00	105,59	131,17	39.352,34	105,59
			SUBTOTAL					492.343,80	
2,00			SERVIÇOS TÉCNICOS						
2.1			MÃO DE OBRA						
2.1.1	SINAPI	100289	VIGIA DIURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1.320,00	23,11	28,71	37.896,61	23,11
2.1.2	SINAPI	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2.640,00	42,21	52,44	138.434,96	42,21
2.1.3	SINAPI	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	121,46	150,89	108.640,63	121,46
2.1.4	SINAPI	90781	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1.320,00	41,44	51,48	67.954,80	41,44
2.1.5	SINAPI	88253	AUXILIAR DE TOPÓGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1.320,00	22,85	28,39	37.470,25	22,85
2.1.6	SICRO3	P9827	VIGIA	h	1.320,00	28,33	35,19	46.456,55	28,33
2.1.7	SINAPI	88255	AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	47,75	59,32	42.710,27	47,75
2.1.8	SINAPI	90772	AUXILIAR DE ESCRITORIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2.640,00	26,16	32,50	85.796,22	26,16
2.1.9	SINAPI	88250	AUX. MECÂNICO (LUBRIFICADOR)	h	720,00	22,21	27,59	19.865,87	22,21
2.1.10	SINAPI	88316	SERVENTE	h	2.640,00	22,72	28,23	74.514,15	22,72
2.1.11	SINAPI	88309	PEDREIRO	h	2.640,00	30,92	38,41	101.407,46	30,92
2.1.12	SINAPI	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1.320,00	35,74	44,40	58.607,74	35,74
2.1.13	SINAPI	88252	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	h	2.640,00	22,80	28,32	74.776,52	22,80
2.1.14	SINAPI	88275	MECÂNICO DE EQUIPAMENTOS PESADOS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	43,92	54,56	39.284,51	43,92
2.1.15	SINAPI	100309	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	46,87	58,23	41.923,15	46,87
2.1.16	SINAPI	90775	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	33,20	41,24	29.695,94	33,20
2.1.17	SINAPI	88321	TÉCNICO DE LABORATÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	46,49	57,75	41.583,26	46,49
2.1.18	SINAPI	88249	AUXILIAR DE LABORATÓRIO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	720,00	34,63	43,02	30.975,01	34,63
2.2			ENSAIOS DE SOLO E AGREGADO						
2.2.1	EMBASA	34.01.22	ENSAIO DE UMIDADE NATURAL (ESTUFA)	und	30,00	100,00	124,23	3.726,90	100,00
2.2.2	ORSE	4682	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO	und	30,00	175,00	138,18	4.145,43	111,23
2.2.3	ORSE	4683	LIMITE DE LIQUIDEZ	und	30,00	175,00	217,40	6.522,08	175,00
2.2.4	4684	4684	LIMITE DE PLASTICIDADE	und	30,00	175,00	217,40	6.522,08	175,00
2.2.5	EMBASA	34.01.28	ENSAIO DE COMPACTACAO - PROCTOR INTERMEDIARIO (NBR- 07182)	und	30,00	131,55	163,42	4.902,74	131,55
2.2.6	ORSE	7194	CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO COM MOLDAGEM DE CORPOS DE PROVA, DISTANCIA 61 A 100 KM	DIA	5,00	1.384,17	1.719,55	8.597,77	1.384,17
2.4			SONDAGEM						
2.4.1	EMBASA	32.05.01	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPE E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM À PERCUSSAO	KM	2.000,00	1.417,50	5,99	11.975,77	4,82
2.4.2	EMBASA	32.02.01	SONDAGEM A PERCUSSÃO	m	85,00	89,78	105,60	8.975,62	85,00
2.4.3	EMBASA	32.05.10	(DESATIVADA) TRANSPORTE DE EQUIPE E EQUIPAMENTO PARA SONDAGEM A PERCUSSAO (CAPITAL)	KM	2.000,00	7,01	8,71	17.417,05	7,01

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
OBRA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL						SUDECAP (ONERADO) - ABRIL 2025 SETOP (S/ DESONERAÇÃO) - ABRIL 2025 SINAPI (C/ DESONERAÇÃO) - DEZ 2025 SICRO DNIT - OUTUBRO 2025 DER/ES - OUTUBRO 2024 / ORSE - NOV 2025			
LOCAL: QUIJINGUE / BA				DATA:	fev/25		BDI	24,23% (3º Quartil TCU)	
ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR SEM BDI	VALOR COM BDI	TOTAL	VALOR SEM BDI
2.4.4	EMBASA	32.03.01	ESCAVACAO (PA E PICARETA) COM ESCORAMENTO, INCLUSIVE COLETAS DE AMOSTRAS DEFORMADAS DE SOLO	m	100,00	236,80	294,18	29.417,66	236,80
2.4.5	EMBASA	32.05.04	MOBILIZACAO E DESMOBILIZACAO DE EQUIPE E EQUIPAMENTOS PARA SONDAGEM ROTATIVA OU MISTA	KM	2.000,00	5,16	6,41	12.820,54	5,16
2.4.6	EMBASA	32.04.38	SONDAGEM ROTATIVA EM ROCHA DIAMETRO BX - ALTERAÇÃO DE ROCHA	und	3,00	750,00	931,73	2.795,18	750,00
2.4.7	EMBASA	32.04.48	SONDAGEM ROTATIVA INCLINADA (15° A 30°) EM SOLO, DIAMETRO NX	m	30,00	207,90	434,81	13.044,15	350
SUBTOTAL								1.208.856,85	
3,00			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES						
3.1			DEMOLIÇÃO DE PASSEIO E PAVIMENTO						
3.1.1	SINAPI	104789	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	600,00	246,54	306,28	183.765,99	246,54
3.2			DEMOLIÇÃO DE CONCRETO						
3.2.1	SICRO	1600989	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES COM MARTELETE	m³	80,00	434,18	478,81	38.304,58	385,42
3.2.2	SICRO	1600438	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO ARMADO	m³	80,00	582,85	683,50	54.680,08	550,19
3.2.3	SICRO	1600436	DEMOLIÇÃO MANUAL DE CONCRETO SIMPLES	m³	80,00	399,73	467,51	37.401,18	376,33
3.4			CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHAO						
3.4.1	SICRO3	5915433	Carga, manobra e descarga de material demolido em caminhão basculante de 6 m³ - carga manual e descarga livre	t	2.000,00	38,57	47,92	95.831,02	38,57
SUBTOTAL								409.982,85	
4,00			TRABALHOS EM TERRA						
4.1			DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA DO TERRENO						
4.1.1	SICRO	5501700	DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE ÁREA COM ÁRVORES DE DIÂMETRO ATÉ 0,15 M	m²	300.000,00	0,73	0,53	160.256,70	0,43
4.2			ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA						
4.2.1	SICRO	5501880	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA - DMT DE 1.000 A 1.200 M - COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³	m³	30.000,00	13,79	15,35	460.644,84	12,36
4.2.2	SICRO	5502356	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 2ª CATEGORIA - DMT DE 1.000 A 1.200 M COM CARREGADEIRA E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³	m³	5.000,00	22,37	27,79	138.951,26	22,37
4.2.3	SICRO	5502773	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 3ª CATEGORIA - DMT DE 1.000 A 1.200 M - COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 12 M³	m³	500,00	48,82	288,42	144.212,40	232,17
4.2.4	SICRO	5501706	ESCAVAÇÃO MECÂNICA COM RETROESCAVADEIRA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	200,00	7,04	914,51	182.901,34	736,14
4.2.5	SINAPI	101116	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3). AF_07/2020	M3	18.777,50	2,79	3,47	65.083,13	2,79
4.2.6	SINAPI	100574	ESPALHAMENTO DE MATERIAL EM BOTA FORA, COM UTILIZACAO DE TRATOR DE ESTEIRAS DE 165 HP	M3	30.046,25	1,66	2,06	61.961,92	1,66
4.3			TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA						
4.3.1	PRÓPRIA	C03.13.01	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT <= 1KM ref. (03.13.01)	m³	10.000,00	4,38	9,43	94.290,57	7,59
4.3.2	PRÓPRIA	C03.13.02	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, 1KM < DMT <= 2KM ref. (03.13.02)	m³	10.000,00	8,57	18,52	185.226,93	14,91
4.3.3	PRÓPRIA	C03.13.03	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, 2KM < DMT <= 5KM ref. (03.13.03)	m³ x Km	5.000,00	3,90	8,45	42.238,20	6,80
4.3.4	PRÓPRIA	C03.13.04	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT > 5KM ref. (03.13.04)	m³ x km	5.000,00	2,35	5,11	25.529,27	4,11
4.3.5	SINAPI	93597	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 - BOTA FORA DMT:10,00KM	M3xKM	161.167,50	2,46	3,06	492.537,23	2,46
4.3.6	SINAPI	93589	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3xKM	236.410,00	3,32	4,12	975.057,91	3,32
4.4			ATERRO COMPACTADO						
4.4.1	EMBASA	2522	Compactação de aterros, com rolo vibratório pé de carneiro, a 100% do proctornormal	m³	100.000,00	4,87	6,05	605.000,10	4,87
SUBTOTAL								3.633.891,79	
5,00			DRENAGEM 01						
5.1			LASTRO DE AREIA, BRITA E CONCRETO						
5.1.1	SINAPI	100324	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	m³	100,00	202,05	270,26	27.026,24	217,55
5.1.2	SINAPI	100323	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (AREIA MÉDIA), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	m³	100,00	234,96	303,99	30.399,08	244,70
5.1.3	SINAPI	96620	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIER. AF_01/2024	m³	100,00	879,62	689,95	68.994,86	555,38
5.2			FORMA INCLUSIVE DESFORMA						
5.2.1	SICRO	3108013	FÔRMAS DE COMPENSADO PLASTIFICADO 12 MM - USO GERAL - UTILIZAÇÃO DE 3 VEZES - CONFECCÃO, INSTALAÇÃO E RETIRADA	m²	350,00	70,62	87,73	30.705,93	70,62
5.3			ARMAÇÃO INCLUSIVE CORTE, DOBRA E COLOCAÇÃO						
5.3.1	SNAPI	92919	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	1.500,00	11,21	13,93	20.889,27	11,21
5.3.2	SNAPI	92921	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	1.000,00	9,13	11,34	11.342,20	9,13
5.3.3	SNAPI	92917	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	2.000,00	13,03	16,19	32.374,34	13,03

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
OBRA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL						SUDECAP (ONERADO) - ABRIL 2025 SETOP (S/ DESONERAÇÃO) - ABRIL 2025 SINAPI (C/ DESONERAÇÃO) - DEZ 2025 SICRO DNIT - OUTUBRO 2025 DER/ES - OUTUBRO 2024 / ORSE - NOV 2025				
LOCAL: QUIJINGUE / BA				DATA:	fev/25		BDI	24,23% (3º Quartil TCU)		
ITEM	Fonte	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR SEM BDI	VALOR COM BDI	TOTAL		VALOR SEM BDI
5.3.4	SNAPI	92916	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	1.000,00	14,66	18,21	18.212,12		14,66
5.3.5	SNAPI	92915	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	kg	500,00	16,57	20,58	10.292,46		16,57
5.4			CONCRETO							
5.4.1	SICRO	1107896	CONCRETO FCK = 25 MPA - CONFEÇÃO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO MANUAL - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m³	240,00	476,60	689,51	165.483,30		555,03
5.4.2	SICRO	1107900	CONCRETO FCK = 30 MPA - CONFEÇÃO EM BETONEIRA E LANÇAMENTO MANUAL - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m³	120,00	500,03	730,01	87.601,53		587,63
5.5			MANTA DRENANTE GEOTEXTIL							
5.5.1	ORSE	9802	Impermeabilização - Fornecimento e aplicação de manta geotêxtil RT-16, resistencia a tração=16 kN/m (antigo Bidim OP-30 ou similar) em colchões drenantes	m²	15.000,00	24,54	30,49	457.290,63		24,54
5.6			ADUELAS PREMOLDADAS DE CONCRETO							
5.6.1	SINAPI	104491	ADUELA/ GALERIA FECHADA PRE-MOLDADA DE CONCRETO ARMADO, SECAO QUADRANGULAR INTERNA DE 1,50 X 1,50 M (L X A), MISULA DE 20 X 20 CM, C = 1,00 M, ESPESSURA MIN = 15 CM, TB-45 E FCK DO CONCRETO = 30 MPA FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2023	m	50,00	4.093,19	4.138,47	206.923,70		3.331,30
5.6.2	SICRO	5914614	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 7 T E COM GUINDAUTO DE 20 T.M - RODOVIA PAVIMENTADA	ton x km	33.000,00	1,81	2,01	66.413,36		1,62
5.6.3	SINAPI	104515	APLICAÇÃO DE MANTA GEOTÊXTEL NAS JUNTAS RÍGIDAS DE ADUELAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO. AF_01/2023	m²	5.000,00	26,49	27,75	138.764,91		22,34
			SUBTOTAL					1.372.713,92		
6.00			ALVENARIA							
6.1			ALVENARIA DE BLOCO DE CONCRETO							
6.1.1	SINAPI	103354	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 11,5X14X24 CM (ESPESSURA 11,5 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	500,00	96,96	115,02	57.512,28		92,59
6.1.2	SINAPI	103327	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 19X19X39 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	m²	300,00	102,74	127,63	38.290,17		102,74
6.1.3	SINAPI	87377	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA UMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	m³	1.600,00	789,03	18,24	29.179,14		14,68
6.1.4	SINAPI	87546	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS, PARA AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 5M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	1.600,00	36,49	46,00	73.603,79		37,03
			SUBTOTAL					198.585,38		
7.00			DRENAGEM 02							
7.1			REDE TUBULAR CONCRETO - PA 01							
7.1.1	SICRO	2003822	TUBO DE CONCRETO PA1 COMERCIAL PARA DRENAGEM - D = 0,60 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	700,00	208,54	185,08	129.554,50		148,98
7.1.2	SICRO	2003826	TUBO DE CONCRETO PA1 COMERCIAL PARA DRENAGEM - D = 0,80 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	500,00	325,12	300,81	150.405,26		242,14
7.1.3	SICRO	2003830	TUBO DE CONCRETO PA1 COMERCIAL PARA DRENAGEM - D = 1,00 M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	200,00	417,74	474,41	94.881,90		381,88
7.2			ALA DE REDE TUBULAR							
7.2.1	ORSE	3444	Ponta de ala em concreto ciclópico, para tubos de concreto (simples) d=0.40 à0.60 m	und	20,00	2.034,14	2.527,01	50.540,24		2.034,14
7.2.2	ORSE	3613	Ponta de ala em concreto ciclópico, para tubos de concreto (simples) d=0.80 m	und	15,00	3.652,44	4.537,43	68.061,39		3.652,44
7.2.3	ORSE	3612	Ponta de ala em concreto ciclópico, para tubos de concreto (simples) d=1.00 m	und	10,00	5.895,63	7.324,14	73.241,41		5.895,63
7.3			DRENO							
7.3.1	SINAPI	102674	DRENO PROFUNDO (SEÇÃO 0,50 X 1,50 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM AREIA. AF_07/2021	m	250,00	154,29	178,51	44.626,52		143,69
7.3.2	SINAPI	102724	DRENO BARBACÃ, DN 100 MM, COM MATERIAL DRENANTE. AF_07/2021	und	200,00	30,10	34,97	6.994,15		28,15
7.4			SARJETA							
7.4.1	SINAPI	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	m	2.000,00	49,99	56,47	112.949,92		45,46
7.4.2	SINAPI	94282	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	m	500,00	57,98	65,89	32.945,80		53,04
7.5			CAIXA COLETORA DE SARJETA							
7.5.1	SICRO	2003477	CAIXA COLETORA DE SARJETA - CCS 01 - COM GRELHA DE CONCRETO - TCC 01 - AREIA E BRITA COMERCIAIS	und	20,00	4.720,23	5.467,29	109.345,76		4.400,94
7.6			DISSIPADOR DE ENERGIA							
7.6.1	SICRO	2003453	DISSIPADOR DE ENERGIA DEB - 03	und	15,00	955,24	1.125,81	16.887,14		906,23
7.6.2	SICRO	2003455	DISSIPADOR DE ENERGIA DEB - 04	und	10,00	1.358,38	1.609,88	16.098,84		1.295,89
			SUBTOTAL					906.532,83		
8.00			PAVIMENTAÇÃO							

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
OBRA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL						SUDECAP (ONERADO) - ABRIL 2025 SETOP (S/ DESONERAÇÃO) - ABRIL 2025 SINAPI (C/ DESONERAÇÃO) - DEZ 2025 SICRO DNIT - OUTUBRO 2025 DER/ES - OUTUBRO 2024 / ORSE - NOV 2025			
LOCAL: QUIJINGUE / BA				DATA:	fev/25		BDI	24,23% (3º Quartil TCU)	
ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR SEM BDI	VALOR COM BDI	TOTAL	VALOR SEM BDI
8.1			REGULARIZAÇÃO						
8.1.1	SINAPI	100575	REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024	m²	560.000,00	0,65	0,81	452.197,20	0,65
8.1.2	SINAPI	100577	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTOS. AF_09/2024	m2	68.640,00	1,70	2,11	144.961,50	1,70
8.2			REFORÇO DO SUB-LEITO COMPACTADO EXCL.ESCAV.E CARGA						
8.2.1	SINAPI	105562	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CAMADA FINAL DE ATERRO (100% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO, EM CAMADAS COM ESPESSURA DE 10 CM - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO,CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2024	m³	20.000,00	8,81	10,94	218.893,26	8,81
8.3			TRANSPORTE/CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA						
8.3.1	PRÓPRIA	C03.13.04	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT > 5KM ref. (03.13.04)	m³ x km	140.000,00	2,35	5,11	714.819,42	4,11
8.3.2	ORSE	4986	CARGA MECÂNICA DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	50.000,00	1,00	1,24	62.115,00	1,00
8.3.3	ORSE	2507	CARGA MECÂNICA DE MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	m³	25.000,00	2,92	3,63	90.687,90	2,92
8.3.4	ORSE	2509	CARGA MANUAL DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	m³	5.000,00	11,09	13,78	68.885,54	11,09
8.3.5	ORSE	2510	CARGA MANUAL DE MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	m³	2.000,00	14,85	18,45	36.896,31	14,85
8.4			SUB-BASE E BASE DE PAVIMENTO						
8.4.1	SINAPI	96399	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	200,00	138,12	171,59	34.317,30	138,12
8.4.2	SINAPI	96388	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO), COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2024	m3	17.062,50	10,55	13,11	223.625,65	10,55
8.4.3	SINAPI	100564	BASE E/OU SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO BRITA - 40/60	m³	2.000,00	121,63	151,10	302.201,90	121,63
8.5			GEOGRELHA						
8.5.1	SICRO	1516302	GEOGRELHA UNIDIRECIONAL COM RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE 400 KN/M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	1.000,00	80,88	100,48	100.477,22	80,88
8.6			PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDO						
8.6.1	SINAPI	101169	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PARALELEPÍPEDOS, REJUNTAMENTO COM ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA). AF_05/2020	m²	2.100,00	99,55	123,67	259.709,03	99,55
8.6.2	ORSE	4712	LIMPEZA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO	m²	2.100,00	22,55	28,01	58.829,12	22,55
8.7			MELHORAMENTO DE ESTRADA VICINAL						
8.7.1	SICRO	4015612	EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO COM MATERIAL DE JAZIDA - 100% PROCTOR INTERMEDIÁRIO	m³	140.000,00	15,38	15,99	2.238.376,14	12,87
8.8			TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA						
8.8.1	PRÓPRIA	C03.13.05	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT <= 10KM - ref. (20.10.02)	ton x km	224.000,00	2,51	3,12	698.470,75	2,51
8.9			PISO INTERTRAVADO						
8.9.1	SINAPI	92397	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM,ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	m²	1.000,00	81,82	101,64	101.644,99	81,82
			SUBTOTAL					5.807.108,21	
9,00			OBRAS COMPLEMENTARES						
9.1			MEIO FIO						
9.1.1	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	m	4.000,00	40,15	49,88	199.513,38	40,15
9.1.2	SINAPI	94274	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	m	1.000,00	43,18	53,64	53.642,51	43,18
9.2			REMOÇÃO E REASSENTAMENTON DE MEIO-FIO						
9.2.1	ORSE	2624	Remoção e reposição de meio-fio	m	600,00	18,26	22,68	13.610,64	18,26
9.3			PASSEIOS						
9.3.1	SINAPI	94994	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	m²	1.500,00	104,06	129,27	193.910,61	104,06
9.3.2	ORSE	12800	JUNTA CERRADA SECA, SEÇÃO TRANSVERSAL	m	1.500,00	9,85	12,24	18.354,98	9,85
9.4			ACESSIBILIDADE						
9.4.1	SINAPI	105000	RAMPA PARA ACESSO DE DEFICIENTE, EM CONCRETO SIMPLES FCK = 25 MPA, DESEMPENADA, COM PINTURA INDICATIVA, 02 DEMÃOS	m	10,00	1.339,63	1.664,22	16.642,22	1.339,63
9.4.2	SETOP	ED-15226	PISO PODOTÁTIL DE CONCRETO, ALERTA OU DIRECIONAL, APLICADO EM PISO (20X20)CM COM JUNTA SECA, COR VERMELHO/AMARELO, INCLUSIVE ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA	m²	80,00	107,19	133,16	10.652,97	107,19
9.5			VARRIÇÃO, ROÇADA E CAPINA						
9.5.1	SICRO	4915776	ROÇADA COM ROÇADEIRA COSTAL	há	180,00	756,00	939,18	169.052,18	756,00

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
OBRA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL						SUDECAP (ONERADO) - ABRIL 2025 SETOP (S/ DESONERAÇÃO) - ABRIL 2025 SINAPI (C/ DESONERAÇÃO) - DEZ 2025 SICRO DNIT - OUTUBRO 2025 DER/ES - OUTUBRO 2024 / ORSE - NOV 2025			
LOCAL: QUIJINGUE / BA				DATA:	fev/25	BDI	24,23% (3º Quartil TCU)		
ITEM	FONTE	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR SEM BDI	VALOR COM BDI	TOTAL	VALOR SEM BDI
9.5.2	SICRO	4915741	ROÇADA MANUAL DE CAPIM COLONIÃO	há	25,00	4.263,46	5.296,50	132.412,41	4.263,46
9.5.3	SICRO	4915775	ROÇADA MECANIZADA COM ROÇADEIRA ARTICULADA	há	25,00	885,78	1.100,40	27.510,11	885,78
9.6			HIDROSSEMEADURA						
9.6.1	SICRO	4413905	HIDROSSEMEADURA	m²	15.000,00	6,29	7,81	117.211,01	6,29
9.6.2	SICRO	4413014	BIOMANTA VEGETAL	m²	15.000,00	16,73	20,78	311.755,19	16,73
SUBTOTAL								1.264.268,21	
10,00			GABIÃO E CONTENÇÕES						
10.1			GABIÃO E CONTENÇÕES						
10.1.1	SINAPI	92745	MURO DE GABIÃO, ENCHIMENTO COM PEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO, DE GRAVIDADE, COM GAIOLAS DE COMPRIMENTO IGUAL A 2 M, PARA MUROS COM ALTURA MAIOR QUE 4 M E MENOR OU IGUAL A 6 M - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO. AF_03/2024	m³	200,00	854,80	1.061,92	212.383,61	854,80
10.1.2	SINAPI	92756	PROTEÇÃO SUPERFICIAL DE CANAL EM GABIÃO TIPO COLCHÃO, ALTURA DE 23 CENTÍMETROS, ENCHIMENTO COMPEDRA DE MÃO TIPO RACHÃO - FORNECIMENTO E EXECUÇÃO. AF_03/2024	m²	100,00	294,88	366,33	36.632,94	294,88
10.1.3	SICRO	1513940	CONTENÇÃO EM SOLO-CIMENTO (RIPI-RAP) ENSACADO COM MISTURA DE SOLO DE JAZIDA COM 8% DE CIMENTO - CONFECÇÃO E ASSENTAMENTO	m³	50,00	359,45	446,54	22.327,24	359,45
10.1.4	SICRO	4413942	ESPALHAMENTO DE MATERIAL EM BOTA-FORA	m³	20.000,00	2,70	3,35	67.084,20	2,70
10.1.5	SINAPI	99842	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1.1/2", GRADIL FORMADO POR TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", FIXADO COM ADESIVO ESTRUTURAL EPOXI. AF_10/2025 PS	m	100,00	565,64	702,69	70.269,46	565,64
SUBTOTAL								408.697,44	
11,00			SINALIZAÇÃO						
11.1.1	ORSE	4250	CONFECÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO Nº 18 (60X60 CM), COM 02 DEMÃOS DE FUNDO ANTI-CORROSIVO (SUPER GALVITE OU SIMILAR), 02 DEMÃOS DE ESMALTE E MENSAGEM EM PELÍCULA REFLETIVA, AUTO-ADESIVA	und	50,00	148,00	183,86	9.193,02	148,00
11.1.2	SINAPI-I	34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	m2	18,28	872,03	1.083,32	19.797,73	872,03
11.1.3	SINAPI	103695	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE MADEIRA PARA PLACAS DE SINALIZAÇÃO, EM SOLO, COM H= DE 2,0 M E SEÇÃO DE 7,5 X 7,5 CM. AF_03/2022	und	50,00	104,34	129,62	6.481,08	104,34
11.1.4	SINAPI	102509	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	m²	250,00	36,93	45,88	11.469,53	36,93
11.1.5	SICRO	3713604	DEFENSA SEMIMALEÁVEL SIMPLES - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	m	50,00	342,94	426,03	21.301,72	342,94
SUBTOTAL								68.243,08	
12,00			EQUIPAMENTOS - BDI 14,02% (ACORDÃO 2622/TCU - Médio)						
12.1.1	SINAPI	5944	PÁ CARREGADEIRA CAPACIDADE CAÇAMBA 3M3	h	300,00	255,56	291,39	87.416,85	255,56
12.1.2	SINAPI	88907	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CAÇAMBA 1,20 M3, PESO OPERACIONAL 21 T	h	300,00	254,61	290,31	87.091,90	254,61
12.1.3	SINAPI	5875	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4	h	300,00	150,29	171,36	51.408,20	150,29
12.1.4	SINAPI	5851	TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 150 HP, PESO OPERACIONAL 16,7 T	h	300,00	279,19	318,33	95.499,73	279,19
12.1.5	SINAPI	5932	MOTONIVELADORA 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M	h	300,00	278,57	317,63	95.287,65	278,57
12.1.6	SINAPI	95631	ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, ACO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHP DIURNO. AF_11/2016	h	300,00	241,30	275,13	82.539,08	241,30
12.1.7	SINAPI	7049	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	h	300,00	233,01	265,68	79.703,40	233,01
12.1.8	SINAPI	91380	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 TRUCADO	h	300,00	27,46	31,31	9.392,97	27,46
12.1.9	SINAPI	5824	CAMINHAO CARROCERIA	h	300,00	217,88	248,43	74.528,03	217,88
12.1.10	SINAPI	5901	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO	h	300,00	320,60	365,55	109.664,44	320,60
12.1.11	SINAPI	93421	GRUPO GERADOR REBOCÁVEL POTÊNCIA 66 KVA	h	300,00	77,49	88,35	26.506,23	77,49
12.1.12	SINAPI	96020	TRATOR DE PNEUS COM GRADE DE DISCOS ACOPLADA	h	300,00	185,65	211,68	63.503,44	185,65
12.1.13	COTAÇÃO	4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	l	10.000,00	6,40	7,30	72.972,80	6,40
SUBTOTAL								935.514,72	
13,00	13,00		MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA						
13.1.1	SETOP	ED-50391	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO OBRA DISTANTE DE CENTRO URBANO COM ACIMA DE 3.000.000,01	%	3,00	147.556,07	168.243,43	504.730,29	147.556,07
SUBTOTAL								504.730,29	
		VALOR TOTAL					-	17.211.469,39	

Nº OPERAÇÃO	Nº SICONV	PROPONENTE / TOMADOR
0	0	PREFEITURA DE QUIJINGUE

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

INFRA ESTRUTURA / 01

Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS:	50,00%
Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%):	5,00%

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,67%
Seguro e Garantia	SG	0,74%
Risco	R	0,97%
Despesas Financeiras	DF	1,20%
Lucro	L	8,30%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	2,50%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração)	CPRB	0,00%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	24,23%

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G) * (1 + DF) * (1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 50%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

QUIJINGUE

Local

quarta-feira, 29 de abril de 2026

Data

Responsável Técnico

Nome: TULIO FERREIRA DE ABREU BARRETO

CREA/CAU: 77880

ART/RRT: 0

Composições Analíticas com Preço Unitário
OBRA: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSISTENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ENGENHARIA PARA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA VIÁRIA URBANA E RURAL

Bancos
SINAPI - 10/2025 - Bahia

B.D.I.
0,0%

Encargos Sociais
Não Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Composições Analíticas com Preço Unitário

Composições Principais

1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C03.13.01	Próprio	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT <= 1KM ref. SUDECAP (03.13.01)	3,13	m³	1,0000000	7,59	7,59	
Composição Auxiliar	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0233300	287,27	6,70	
Composição Auxiliar	96036	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0100000	89,10	0,89	
				MO sem LS =>	0,94	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,94
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	7,59
2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C03.13.02	Próprio	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, 1KM < DMT <= 2KM ref. (03.13.02)	3,13	m³	1,0000000	14,91	14,91	
Composição Auxiliar	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0488200	287,27	14,02	
Composição Auxiliar	96036	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0100000	89,10	0,89	
				MO sem LS =>	1,66	LS =>	0,00	MO com LS =>	1,66
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	14,91
3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C03.13.03	Próprio	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, 2KM < DMT <= 5KM ref. (03.13.03)	3,13	m³	1,0000000	6,80	6,80	
Composição Auxiliar	96036	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0028200	89,10	0,25	
Composição Auxiliar	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0228200	287,27	6,55	
				MO sem LS =>	0,71	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,71
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	6,80
4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C03.13.04	Próprio	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA, DMT > 5KM ref. (03.13.04)	3,13	m³	1,0000000	4,11	4,11	
Composição Auxiliar	96036	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0009000	89,10	0,08	
Composição Auxiliar	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0140300	287,27	4,03	
				MO sem LS =>	0,41	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,41
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	4,11

5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	C03.13.05	Próprio	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT <= 10KM - ref. (20.10.02)	20,1	TxKM	1,0000000	2,51	2,51	
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0022800	24,37	0,05	
Composição Auxiliar	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0083800	287,27	2,40	
Composição Auxiliar	96036	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0007300	89,10	0,06	
				MO sem LS =>	0,28	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,28
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	2,51

Composições Auxiliares

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	96036	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHI DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,0000000	89,10	89,10	
Composição Auxiliar	96030	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - DEPRECIÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	35,56	35,56	
Composição Auxiliar	96032	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	4,99	4,99	
Composição Auxiliar	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	36,11	36,11	
Composição Auxiliar	96031	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - JUROS. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	12,44	12,44	
				MO sem LS =>	28,33	LS =>	0,00	MO com LS =>	28,33
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	89,10

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96035	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - CHP DIURNO. AF_02/2017	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	1,0000000	287,27	287,27
Composição Auxiliar	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	36,11	36,11
Composição Auxiliar	96034	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	141,25	141,25
Composição Auxiliar	96031	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - JUROS. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	12,44	12,44
Composição Auxiliar	96032	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	4,99	4,99
Composição Auxiliar	96030	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - DEPRECIÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	35,56	35,56

Composição Auxiliar	96033	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - MANUTENÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	56,92	56,92
---------------------	-------	--------	--	---	---	-----------	-------	-------

MO sem LS =>	28,33	LS =>	0,00	MO com LS =>	28,33
Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	287,27

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	96030	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - DEPRECIÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	35,56	35,56	
Insumo	00037734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000603	57.917,83	3,49	
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000342	708.565,85	24,23	
Insumo	00002401	SINAPI	DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS REBOCAVEL, CAPACIDADE 1,9 M3, LARGURA DE TRABALHO 3,66 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000720	108.920,28	7,84	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	35,56

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	96032	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - IMPOSTOS E SEGUROS. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	4,99	4,99	
Insumo	00037734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000059	57.917,83	0,34	
Insumo	00002401	SINAPI	DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS REBOCAVEL, CAPACIDADE 1,9 M3, LARGURA DE TRABALHO 3,66 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000057	108.920,28	0,62	
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000057	708.565,85	4,04	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	4,99

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	96031	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - JUROS. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	12,44	12,44	
Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000141	708.565,85	9,99	
Insumo	00037734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000146	57.917,83	0,85	
Insumo	00002401	SINAPI	DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS REBOCAVEL, CAPACIDADE 1,9 M3, LARGURA DE TRABALHO 3,66 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000148	108.920,28	1,61	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	12,44

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96033	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - MANUTENÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	56,92	56,92

Insumo	00037758	SINAPI	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000642	708.565,85	45,49	
Insumo	00037734	SINAPI	CACAMBA METALICA BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 10 M3 (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000849	57.917,83	4,92	
Insumo	00002401	SINAPI	DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS REBOCAVEL, CAPACIDADE 1,9 M3, LARGURA DE TRABALHO 3,66 M	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0000600	108.920,28	6,54	
MO sem LS =>					0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
Valor do BDI =>					0,00			Valor com BDI =>	56,92

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	96034	SINAPI	CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA, COM DISTRIBUIDOR DE AGREGADOS ACOPLADO - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_02/2017	Depreciação, Juros, Impostos e Seguros, Manutenção e Materiais na Operação dos Equipamentos	H	1,0000000	141,25	141,25	
Insumo	00004221	SINAPI	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	Material	L	23,7000000	5,96	141,25	
				MO sem LS =>	0,00	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,00
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	141,25

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,14	0,14	
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0050900	28,19	0,14	
				MO sem LS =>	0,14	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,14
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	0,14

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,32	0,32	
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0212000	15,17	0,32	
				MO sem LS =>	0,32	LS =>	0,00	MO com LS =>	0,32
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	0,32

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88281	SINAPI	MOTORISTA DE BASCULANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	36,11	36,11	
Composição Auxiliar	95346	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA MOTORISTA DE BASCULANTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,14	0,14	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,43	1,43	
Insumo	00043488	SINAPI	EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,89	0,89	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00043464	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,01	0,01	
Insumo	00020020	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHAO-BASCULANTE (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	28,19	28,19	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,52	4,52	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,85	0,85	
				MO sem LS =>	28,33	LS =>	0,00	MO com LS =>	28,33
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	36,11

	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	
Composição	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	24,37	24,37	
Composição Auxiliar	95378	SINAPI	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA SERVENTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,0000000	0,32	0,32	
Insumo	00037370	SINAPI	ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	4,52	4,52	
Insumo	00037371	SINAPI	TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,85	0,85	
Insumo	00037373	SINAPI	SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,08	0,08	
Insumo	00006111	SINAPI	SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1,0000000	15,17	15,17	
Insumo	00043467	SINAPI	FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	0,61	0,61	
Insumo	00043491	SINAPI	EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,39	1,39	
Insumo	00037372	SINAPI	EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	1,0000000	1,43	1,43	
				MO sem LS =>	15,49	LS =>	0,00	MO com LS =>	15,49
				Valor do BDI =>	0,00			Valor com BDI =>	24,37